

Copyright @ by Fundação Carlos Chagas

C214a CAMPOS, Maria Malta; RIBEIRO, Bruna
Autoavaliação institucional participativa em unidades de
educação infantil da rede municipal de São Paulo / Maria Malta
Campos; Bruna Ribeiro. - São Paulo: FCC, 2016.

80 p.; Tabelas; Ilustrações. (Textos FCC: Relatórios Técnicos, 48)
ISBN 978-85-60876-07-5

1. Educação Infantil. 2. Avaliação Institucional. 3. Autoavaliação.
4. São Paulo. I. Título. II. Série.

CDU: 373.2

Ficha catalográfica elaborada
pela Biblioteca Ana Maria Poppovic - Bamp

Todos os direitos desta edição são reservados à Fundação Carlos Chagas

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Presidente de Honra

Rubens Murillo Marques

A Fundação Carlos Chagas é uma instituição sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, dedicada à avaliação de competências cognitivas e profissionais e à pesquisa na área de educação. Fundada em 1964, expandiu rapidamente suas atividades, realizando, em todo o Brasil, exames vestibulares e concursos de seleção de profissionais para entidades privadas e públicas. A partir de 1971, com a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), passou a desenvolver amplo espectro de investigações interdisciplinares voltadas para a relação da educação com os problemas e as perspectivas sociais do país.

DIRETORIA

Glória Maria Santos Pereira Lima

Diretora Presidente

Bernardete Angelina Gatti

Diretora Vice-Presidente

Maria Helena Bottura

Diretora Administrativa

Ricardo Iglesias

Diretor de Operações Externas

Departamento de Pesquisas Educacionais

Sandra G. Unbehaum

TEXTOS FCC

Textos FCC é uma publicação que visa a disseminar dados e achados dos estudos realizados no âmbito do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (DPE/FCC) e trabalhos contemplados por prêmios conferidos pela instituição, bem como pesquisas feitas ao longo de pós-doutorados na FCC. Trata-se de textos mais extensos do que artigos acadêmicos e que oferecem, em regra, informações detalhadas sobre os procedimentos metodológicos utilizados, de forma a subsidiar outras iniciativas de especialistas e interessados.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Claudia Davis

Gisela Lobo B. P. Tartuce

COORDENADORA DE EDIÇÕES

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

ASSISTENTES EDITORIAIS

Camila Maria Camargo de Oliveira

Marcia Caxeta

AUXILIAR DE EDIÇÕES

Camila de Castro Costa

PROJETO GRÁFICO

Casa Rex

DIAGRAMAÇÃO

Líquido Editorial – Claudio Brites

REVISÃO

Ana Paula Renesto

Você sabia que podemos juntos construir uma escola cada vez melhor para nossas crianças?

Convidamos vocês a participarem da avaliação de nossa escola, com o objetivo de aprimorarmos este espaço como lugar de desenvolvimento infantil, considerando suas necessidades emocionais e pedagógicas. Neste dia, apresentaremos os pontos a serem avaliados, discutindo em grupo os temas propostos [...] Sua participação é muito importante para nos ajudar a construir uma escola cada vez melhor! (*Convite enviado aos pais de uma EMEI da rede municipal de educação de São Paulo*)

APRESENTAÇÃO

ESTE TRABALHO APRESENTA OS DADOS RECOLHIDOS DURANTE A PRIMEIRA FASE da experiência de aplicação de uma metodologia de autoavaliação institucional participativa nas unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo. Nessa primeira fase, desenvolvida durante o segundo semestre de 2013 e durante o ano de 2014, a avaliação foi realizada em cerca de 20% das mais de duas mil unidades que compõem a rede. Essas unidades participaram voluntariamente da experiência, que foi documentada de diversas maneiras durante e após sua realização. O instrumento utilizado para a autoavaliação foi o documento *Indicadores da qualidade na educação infantil*, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2009.

As formas de acompanhamento e registro dessa experiência foram múltiplas. Neste relatório, são apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários a grupos de representantes de unidades que tomaram parte na autoavaliação e de representantes das Diretorias Regionais de Educação (DREs) que acompanharam a experiência. Também foram utilizados os documentos elaborados pela Divisão de Orientação Técnica de Educação Infantil (DOT-EI), da Secretaria Municipal de

Educação (SME), apresentações feitas nos diversos seminários descentralizados, além de algumas informações e registros que constam de relatos escritos feitos pelas unidades sobre a autoavaliação.

Muitos resultados analisados neste documento foram objeto de apresentação e discussão em reuniões com profissionais da rede municipal, no decorrer desse período. Dessa forma, essas análises também se beneficiaram dos comentários desses profissionais, que contam com longa experiência de trabalho junto à rede municipal de São Paulo.

O trabalho de acompanhamento, recolhimento e análise de dados foi realizado no contexto de uma assessoria das duas autoras junto à DOT-EI. Colaborou com esse trabalho a bolsista de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Aline Dias Nascimento. O tratamento e a análise dos dados coletados foram feitos com a colaboração do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (DPE/FCC) e contou com a assessoria estatística de Miriam Bizzocchi.

O estudo beneficiou-se também do produtivo convívio, durante esse período, das autoras com a Professora Marina Célia Moraes Dias, que acompanhou o processo de autoavaliação na condição de assessora do MEC. Contou também com a preciosa contribuição e apoio da equipe da DOT-EI, especialmente de sua dirigente, a Professora Sonia Larrubia Valverde, sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado. Este relatório está organizado da seguinte forma: inicialmente, descreve-se brevemente o contexto da pesquisa, com dados sobre o histórico da rede e sua atual abrangência; apresenta-se o documento utilizado, com referências à bibliografia nacional sobre essa modalidade de avaliação; em seguida, são relatados os diversos momentos nos quais se desenvolveu o processo de discussão e proposição da autoavaliação junto a representantes de DREs e de unidades, e como foi organizada a preparação das equipes, o acompanhamento e as diversas etapas de trocas de experiência entre as unidades participantes, de forma descentralizada na cidade; são apresentadas, então, informações sobre a coleta e o tratamento dos dados sobre essa experiência e, em seguida, são analisadas as informações colhidas sobre cada um dos aspectos abordados nos questionários que foram distribuídos a grupos de participantes; finalmente, apresentam-se algumas considerações finais, visando a contribuir para a revisão do instrumento *Indicadores da qualidade na educação infantil paulistana*, cuja versão preliminar foi utilizada na segunda etapa desse processo, iniciada em 2015, quando a autoavaliação passou a fazer parte do calendário oficial da rede municipal e, portanto, a ser realizada de forma descentralizada na cidade, em todas as unidades dessa rede.

AGRADECIMENTOS

Sonia Larrubia Valverde

Equipe Técnica de DOT-EI

Miriam Bizzocchi

Aline Dias Nascimento

Marina Célia Moraes Dias

Marcus Vinícius Batalha das Neves

FOTOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

Centro de Educação Infantil (CEI) Ipê,

CEI João de Barro,

CEI Pau Brasil,

CEI Primavera,

CEI Primeiros Passos e

CEI São Cesário

MELÔ DOS INDICADORES
(PARÓDIA DE “ASA BRANCA”,
DE LUIZ GONZAGA E HUMBERTO TEIXEIRA)

Quando vi a Escola abrindo

Para o Plano de Ação

Eu perguntei a Deus do Céu

Vai priorizar a Educação?

Quanta coisa pra mudar

Nessa tal de Dimensão

Agora sei, vai melhorar

O planejamento e a Gestão!

Até mesmo as professoras

Ganharão mais formação

Então eu disse pra Diretora:

Fora do horário, ninguém quer não!

Hoje nossa realidade

É criança em profusão

Educação de Qualidade

É sonho da população!

Quando o verde foi votado

Vi a escola em ascensão

Nosso trabalho referendado

Em prol da boa Educação.

Indicadores! Indicadores!

Indicadores! Indicadores!

ROSANGELA FALCE

Coordenadora pedagógica da Escola Municipal
de Educação Infantil (EMEI) Delfino Azevedo

LISTAS

QUADROS

Quadro 1: Principais momentos e atividades: set. 2013-dez. 2015

Quadro 2: Programação do I Seminário Regional: Qualidade e Avaliação na Educação Infantil

Quadro 3: Número de participantes do I Seminário Regional por polo

Quadro 4: Programação do Momento II: formação de representantes de unidades

Quadro 5: Número total de participantes no Momento II: Formação nas DREs

Quadro 6: Matriz de Avaliação

Quadro 7: Programação das reuniões regionais: mar./abr. 2014

Quadro 8: Número de questionários por reuniões regionais do Momento III

Quadro 9: Número de relatos de autoavaliação por DRE e tipo de unidade

Quadro 10: Especialistas convidadas no II Seminário Regional: jul.-set. 2014

TABELAS

Tabela 1: Participação na autoavaliação, por tipo de unidade de educação infantil

Tabela 2: Unidades participantes por DRE (2013, com previsão para 2014)

Tabela 3: Número e porcentagem de questionários preenchidos por representantes de unidades e representantes de DREs nas reuniões do Momento III

Tabela 4: Distribuição por DREs de questionários preenchidos por representantes de unidades e representantes de DREs

Tabela 5: Distribuição dos questionários por tipo de unidade

Tabela 6: Ano em que se realizou a autoavaliação por tipo de unidade

Tabela 7: Participação no I e no II Seminário por tipo de unidade

Tabela 8: Quem participou das formações foi a mesma pessoa que coordenou a autoavaliação?

Tabela 9: A unidade já havia realizado a autoavaliação proposta no documento? Já o conhecia?

Tabela 10: Porcentagem de participantes da autoavaliação por tipo de unidade

Tabela 11: Como as famílias e a comunidade foram convidadas a participar?

Tabela 12: Como foi a participação dos vários segmentos no processo autoavaliativo?

Tabela 13: Como o enunciado das questões foi compreendido pelos diversos segmentos?

Tabela 14: Maiores dificuldades de compreensão por tipo de unidade

Tabela 15: As etapas da autoavaliação (pequenos grupos, plenária, plano de ação) foram facilmente compreendidas pela maioria do grupo?

Tabela 16: Como a metodologia de cores foi compreendida pelos diferentes segmentos?

Tabela 17: Houve necessidade de adaptações à metodologia de atribuição de cores aos indicadores?

Tabela 18: Opinião sobre o formato de autoavaliação proposto e a organização necessária para sua realização

Tabela 19: Como os participantes da autoavaliação avaliaram o processo vivenciado?

Tabela 20: O processo gerou alguma expectativa no grupo? Quais?

Tabela 21: Segmentos que participaram da elaboração do Plano de Ação por tipo de unidade

Tabela 22: Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação participativa?

Tabela 23: Principais potenciais ou possibilidades

Tabela 24: O processo gerou alguma expectativa no grupo? Quais?

Tabela 25: Em sua opinião, como a experiência de aplicação dos indicadores na sua UE pode contribuir para melhorar a qualidade do trabalho educativo?

Tabela 26: Deseja expressar mais algum aspecto que este questionário não abordou?

Tabela 27: Estratégias de divulgação do I Seminário sobre Qualidade e Avaliação na EI para as UEs

Tabela 28: Estratégias utilizadas pela DRE para divulgações do Momento II

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: CONTEXTO E ANTECEDENTES	11
2. O DOCUMENTO <i>INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL</i>	15
3. O CAMINHO PERCORRIDO PARA A UTILIZAÇÃO DO <i>INDIQUE-EI</i> NA AUTOAVALIAÇÃO DAS UNIDADES	25
4. DOCUMENTAÇÃO, REGISTRO E ANÁLISE DO PROCESSO	39
4.1 Metodologia de análise dos questionários	41
4.2 Análise das respostas ao questionário para representantes de unidades	43
4.2.1 Questões abertas por tipo de unidade	53
4.3 Análise das respostas ao questionário para representantes das Diretorias Regionais de Educação (DREs)	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6. REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	73

1

INTRODUÇÃO: CONTEXTO E ANTECEDENTES



(Acervo das autoras)

**Você sabia que podemos juntos construir uma escola
cada vez melhor para nossas crianças?**

*(Trecho do convite enviado aos pais de uma EMEI da rede municipal de
educação de São Paulo)*

A rede municipal de educação infantil do município de São Paulo é a maior do país e a mais antiga, tendo sua origem nos parques infantis criados na década de 30 do século passado, no Departamento de Cultura, na gestão de Mario de Andrade. Muito depois, no início deste século, a rede de creches administradas pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), com mais de 30 anos de história, foi integrada ao sistema educacional do município, seguindo o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996.

Os parques e recantos infantis deram origem às Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), que recebem crianças em idade pré-escolar; as creches municipais e conveniadas, criadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, foram transferidas para a Secretaria Municipal de Educação (SME) a partir de 2001, e tiveram seu nome alterado para Centros de Educação Infantil (CEIs). Inicialmente, atendiam crianças entre 0 e 6 anos de idade e, após a integração à educação, passaram a atender crianças de 0 a 3 anos e onze meses. Os CEIs podem ser diretamente ligados à SME (CEIs diretos), ser construídos e cedidos para serem administrados por entidades sem fins lucrativos conveniadas (CEIs indiretos), ou ser equipamentos privados, administrados por entidades sem fins lucrativos que estabelecem convênios com SME (CEIs conveniados). Uma parte das EMEIs e dos CEIs diretos está localizada em prédios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs).¹

Em 2013, no momento inicial do projeto de autoavaliação, a educação infantil municipal abrangia 2.140 unidades, diretas, indiretas e conveniadas, atendendo perto de 440 mil crianças de 0 a 5 anos. Eram 528 EMEIs (para crianças de 4 e 5 anos de idade), 359 CEIs diretos e 1.253 CEIs conveniados (para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses), de acordo com a SME (2013).

Na gestão anterior, a SME já havia introduzido a proposta de autoavaliação das unidades, com uso de uma escala preenchida anualmente pela equipe pedagógica. As famílias foram consultadas por meio de um questionário enviado separadamente aos pais.

Na gestão 2013/2014, dentre as ações desenvolvidas no âmbito de DOT-EI, com vistas a aprofundar a discussão sobre qualidade na educação infantil municipal, foram realizados, em 2013, sete encontros descentralizados do I Seminário Regional Qualidade e Avaliação na Educação Infantil, abrangendo equipes das 13 DREs da capital e diretores e coordenadores pedagógicos de CEIs e EMEIs, tanto de unidades diretas, como de indiretas e conveniadas.

Nesses seminários, foram feitas duas apresentações: a coordenadora de DOT-EI Sonia Larrubia Valverde apresentou as concepções de criança, de infância, de educação infantil e da pedagogia da infância que fundamentam as propostas de currículo, formação e avaliação na educação infantil do município; e a assessora de DOT-EI Maria Malta Campos discutiu a evolução distinta das concepções sobre qualidade e avaliação nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental, resumindo as principais propostas de avaliação em discussão hoje no país.

Ao final das apresentações realizadas nesses encontros, sugeriu-se às equipes das unidades a utilização do documento publicado pelo MEC em 2009 e já em uso em diversas redes do país, *Indicadores da qualidade na educação infantil*, que propõe a realização de uma experiência de autoavaliação institucional participativa nas unidades, envolvendo gestores, professores, funcionários e familiares das crianças.

Essa proposta, que ganhou um melhor contorno a partir de um primeiro encontro realizado com os supervisores da rede, que precedeu os seminários regionais, teve um caráter opcional, ou seja, foi uma oportunidade oferecida àquelas unidades que voluntariamente decidissem participar do projeto. As equipes de cada DRE fixaram

¹ CEUs são espaços públicos múltiplos, que oferecem serviços educacionais, esportivos e culturais. Neles funcionam um CEI, uma EMEI, uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e, mais recentemente, a UAB (Universidade Aberta do Brasil).

prazos para que as unidades que desejassem se inscrevessem e, para estas, foi oferecida uma formação descentralizada, realizada com a assessoria de Bruna Ribeiro.

Em todas as etapas do trabalho, as assessoras atuaram em conjunto com a equipe de DOT-EI, participando das reuniões de planejamento e avaliação, dos seminários regionais e dos trabalhos de grupo desenvolvidos ao longo do projeto. A assessoria também incluiu a seleção e o compartilhamento de subsídios teóricos e metodológicos para o trabalho, em diversos momentos, bem como o acompanhamento e registro das atividades e a elaboração de instrumentos (questionários, fichas de registro e roteiros de debate). Além da equipe de DOT-EI, colaboraram com o projeto a assessora contratada pelo MEC, Marina Célia Moraes Dias, e a bolsista de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – Currículo da PUC de São Paulo, Aline Dias Nascimento.

2

O DOCUMENTO *INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL*



(Acervo das autoras)

Pela primeira vez demos voz aos pais.

(Relato de coordenadora pedagógica da DRE Guaianases)

Os *Indicadores da qualidade na educação infantil (Indique-EI)* fazem parte de uma coleção de documentos sobre indicadores de qualidade na educação que

[...] foram desenvolvidos com o objetivo de construir e disseminar um conjunto de indicadores educacionais qualitativos, de fácil compreensão, capaz de envolver os diferentes atores da comunidade escolar – estudantes, professores/as, gestores/as, familiares, funcionários/as, representantes de organizações e movimentos sociais etc. – em torno de uma avaliação participativa. Na perspectiva de criar condições efetivas para a democratização da escola, a metodologia foi concebida para que a comunidade reunida possa avaliar sua realidade, identificar prioridades, estabelecer e implementar planos de ação e monitorar seus resultados. (www.indicadoreseducacao.org.br)

O documento elaborado para a educação infantil havia sido precedido por outra publicação, os *Indicadores da qualidade na educação (Indique)*, voltados para a educação básica (AÇÃO EDUCATIVA, 2008). Essa primeira iniciativa foi promovida em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (MEC/Inep), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), e foi criada “para ajudar a comunidade escolar a avaliar e melhorar a qualidade da escola” (AÇÃO EDUCATIVA, 2008, p. 5). O texto foi elaborado por um grupo técnico formado por representantes de diversas universidades, institutos especializados e entidades da sociedade civil.

Vera Ribeiro e colaboradoras (2005) discutiram os principais aspectos desse tipo de avaliação institucional de qualidade da educação, que é realizada de forma participativa e contextualizada, ao analisar o processo de elaboração desse primeiro documento. As autoras contrapuseram esse modelo àquele baseado em avaliações externas de desempenho de alunos, mencionando as dificuldades que as escolas e os profissionais da educação demonstram para se apropriar dos resultados dessas avaliações em grande escala, no trabalho que desenvolvem com seus alunos no cotidiano. Reconhecendo que o conjunto de esforços representados pela coleta e disponibilização de informações cada vez mais detalhadas sobre os sistemas educacionais é fundamental “para o avanço da pesquisa educacional no país, para o desenho de políticas públicas que respondam aos problemas prioritários, assim como para o monitoramento e o controle social sobre as políticas públicas” (RIBEIRO et al., 2005, p. 230), as autoras registram que o uso desses dados para a melhoria da educação “permanece um enorme desafio”. O artigo aponta que o tipo de divulgação na mídia dos resultados obtidos por essas avaliações de desempenho tem reforçado uma imagem negativa da escola pública e de seus profissionais:

Apesar de haver um certo alarde na imprensa, que mobiliza o segmento da opinião pública, as escolas não se apropriam dessas informações, não conseguem assumir um papel protagonista e acabam sendo ainda vitimadas pelo estigma da incompetência. (RIBEIRO et al., 2005, p. 232)

O projeto de elaborar indicadores qualitativos de qualidade da escola surgiu, então, com a intenção de desenvolver um “instrumento complementar, mais diretamente referido à perspectiva das comunidades escolares e mais eficaz como incentivo e suporte ao seu engajamento em ações coletivas que visem à melhoria da qualidade da

educação” (RIBEIRO et al., 2005, p. 234). As autoras descrevem a metodologia adotada para a produção do documento e quais os subsídios usados para compor seu conteúdo e para delinear a dinâmica de grupo sugerida para a aplicação do instrumento pela comunidade escolar, com a participação de profissionais, pais e alunos. Finalizam o artigo com uma série de recomendações baseadas na experiência-piloto de uso do documento: não utilizar a autoavaliação como instrumento de controle externo sobre a escola; reconhecer que conflitos de opinião podem surgir, mas que se deve evitar a “busca de consenso a qualquer preço”; considerar a necessidade de envolver as secretarias de educação responsáveis pelas redes escolares nesse processo, para lidar com questões que escapam do âmbito de ação das unidades (RIBEIRO et al., 2005).

Posteriormente, um processo semelhante foi adotado na preparação dos *Indicadores da qualidade na educação infantil* (BRASIL, 2009), que contou com apoio do Unicef, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da fundação Orsa, numa promoção conjunta do MEC e da Ação Educativa, em resposta à reivindicação de grupos mobilizados na área da educação infantil. As metodologias propostas pelos dois documentos para o processo de autoavaliação institucional são muito semelhantes, mas os indicadores para a educação infantil foram elaborados de forma a considerar as especificidades dessa etapa educacional. Esse documento foi publicado em 2009 e, no ano seguinte, enviado a todas as creches, pré-escolas e centros de educação infantil, públicos e conveniados com o poder público, e aos órgãos municipais de educação do país.

A definição de indicadores de qualidade para a educação infantil já havia sido proposta em documento anterior publicado pelo MEC em 2006, *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Em sua introdução, esse documento estabelecia uma distinção entre os conceitos de parâmetros e indicadores:

Entende-se por **parâmetros** a norma, o padrão [...] capaz de modificar, regular, ajustar o sistema. [...] **Indicadores**, por sua vez, presumem a possibilidade de quantificação, servindo, portanto, como instrumento para aferir o nível de aplicabilidade do parâmetro. **Parâmetros** são mais amplos e genéricos. **Indicadores** mais específicos e precisos. (BRASIL, 2006, vol. 1, p. 8. Grifos do texto original)

Segundo Bauer e Sousa, “O processo de definição de indicadores é complexo não só porque condensa a noção de qualidade que se está tomando como referência para avaliação, mas também por dificuldades de operacionalização” (2015, p. 261). A elaboração do documento *Indicadores da qualidade na educação infantil* procurou enfrentar esse desafio por meio de diferentes estratégias: primeiro, tomando por base a experiência anterior de elaboração e uso do documento voltado para o ensino fundamental; segundo, partindo de um levantamento de documentos já existentes, nacionais e internacionais, que propõem critérios de qualidade para creches e pré-escolas; terceiro, com apoio em grupo amplo, representativo de pessoas com diferentes tipos de envolvimento com a questão; e, quarto, promovendo um pré-teste de sua versão preliminar em contextos diversos do país, para o ajuste final da linguagem e da organização do documento (BRASIL, 2009).

Os indicadores de qualidade estão organizados em sete dimensões: 1) Planejamento institucional; 2) Multiplicidade de experiências e linguagens; 3) Interações; 4) Promoção da saúde; 5) Espaços, materiais e mobiliários; 6) Formação e condições de trabalho das professoras; 7) Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Cada dimensão abrange entre três e seis indicadores, que são

desdobrados em questões, as quais devem ser respondidas com a atribuição de cores: verde, para uma avaliação positiva; amarelo, para sinalizar avaliação média; e vermelho, para as questões com problemas que devem ser prioritariamente tratados. O trabalho segue uma dinâmica de discussão em pequenos grupos, com participação de diferentes segmentos da creche ou pré-escola (pais, professores, gestores, funcionários, pessoas da comunidade), e uma plenária final com todos os participantes. Após o diagnóstico, os participantes devem elaborar um plano de ação para implementar as mudanças ou aprimoramentos indicados como necessários pela autoavaliação.

A recepção e utilização desse documento no país foi objeto de ampla pesquisa de monitoramento promovida pelo MEC, com apoio do Unicef e do Instituto Avisa Lá, desenvolvida por equipe da Ação Educativa, com a colaboração da Undime, que disponibilizou, em seu *site* na internet, um questionário para representantes dos municípios brasileiros. Os resultados, obtidos pelas respostas enviadas por 44% dos municípios, mostram que o documento estava sendo utilizado em quase metade deles, de diferentes maneiras: em autoavaliações, como material de apoio para a supervisão das unidades, para a formação continuada de educadores e técnicos, e até mesmo para a avaliação externa dos estabelecimentos (BRASIL, s. d.).

Outras pesquisas analisaram com maior detalhe algumas experiências de uso da autoavaliação com base nos indicadores de qualidade. Bruna Ribeiro (2010), em sua dissertação de mestrado, acompanhou e analisou a aplicação dessa metodologia em quatro CEIs conveniados do município de São Paulo, durante o ano de 2009. Nessa pesquisa, o tipo de participação de cada segmento da equipe envolvido na autoavaliação foi qualificado segundo as categorias propostas por Licínio Lima (2008): foi classificada como ativa a participação de diretores, coordenadores pedagógicos e professores das unidades; como reservada aquela observada por parte de auxiliares de enfermagem e cozinheiras; e como passiva a participação de atendentes gerais. O envolvimento dos pais foi categorizado como reservado, porém a autora registrou o significativo entusiasmo que muitos pais demonstraram em sua participação; foram também registradas resistências de alguns segmentos, sendo que essas manifestações apresentaram diferentes intensidades nas quatro unidades. O estudo mostra que o fato de os grupos envolvidos na autoavaliação deterem poderes desiguais na instituição determina, em grande parte, o tipo de envolvimento e participação no processo observado nessas creches.

Vanda Ribeiro e Joana Gusmão (2010) examinaram diversas experiências de autoavaliação que utilizaram os indicadores de qualidade para o ensino fundamental, em 14 estados e municípios, examinando mais de perto três desses processos, ocorridos na Bahia, em Ituiutaba e em Suzano. Para analisar essas experiências, as autoras definiram uma série de critérios ou fatores. Quanto à *simplicidade*, observaram as diferenças entre saberes de profissionais e pais; em relação aos fatores *rigor e precisão*, apontaram problemas que geram parcialidade, como a necessidade de explicações aos pais e dificuldades para lidar com tensões e conflitos. As experiências evidenciaram a *utilidade* do processo em relação à busca de melhorias de qualidade na escola: mudanças positivas na participação dos pais, uma incidência na gestão democrática da educação, melhor comunicação entre as unidades e a Secretaria de Educação, com maior clareza sobre os respectivos papéis, e melhorias na infraestrutura das escolas. Sobre a *factibilidade* da experiência, as autoras mostram a necessidade de prever tempo adequado para a autoavaliação, com apoio da secretaria, ressaltando que o material, por si só, não é suficiente para desencadear o processo de autoavaliação. Foram também registradas algumas *tensões subjacentes* à proposta: receio de controle externo, resistência à participação das famílias e resistência à avaliação.

Em publicação posterior da Ação Educativa (2013), encontra-se desenvolvida uma proposta do uso de indicadores de qualidade na elaboração e revisão dos planos de educação. A coleção dos documentos com indicadores de qualidade, que, além dos dois já citados, inclui *Indicadores de qualidade na educação – relações raciais na escola*, “busca fomentar a disseminação e o enraizamento de processos participativos e democráticos de avaliação, planejamento e monitoramento de práticas e políticas educacionais” (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p. 7).

O texto mostra como os processos desenvolvidos no âmbito das unidades escolares podem se articular com as questões ligadas à gestão das redes. Nesse sentido, “a capacidade de escuta e de encaminhamento consequente, pelos gestores educacionais, das propostas que emergirão das escolas e comunidades, pode levar o município a avanços concretos na qualidade educacional” (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p. 11). As informações resultantes dessas dinâmicas podem ser complementadas por outro tipo de informações (dados sobre o município, resultados de outras avaliações, entre outros) e constituirão importantes subsídios para a construção dos planos municipais. Ao promover essa articulação, deve ser ressaltado com as equipes responsáveis que essa proposta “não permite ranqueamentos nem comparações entre escolas e creches”, pois a metodologia não é de medida, mas sim “de identificação de problemas e dificuldades e de proposição de caminhos coletivos para a melhoria da situação” (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p. 14).

Dessa publicação constam também recomendações sobre a organização da autoavaliação e o uso mais adequado dos diagnósticos obtidos nas unidades; a maioria dessas orientações foi seguida na experiência realizada na rede municipal de educação infantil de São Paulo, conforme registrado no decorrer deste relatório. Quanto à *preparação do processo*, recomenda-se que os órgãos centrais estimulem e criem condições favoráveis para a participação das unidades, por meio de debates sobre o significado da proposta e oferta de formação para uso da metodologia; sobre a *mobilização da comunidade*, sugerem-se diversas estratégias para divulgação da proposta junto às comunidades e recomendam-se o acompanhamento por parte de representantes da secretaria e posterior sistematização e disponibilização das informações sobre a experiência; quanto à *devolutiva para as escolas*, recomenda-se a divulgação de sínteses sobre os resultados, de forma a manter uma comunicação permanente entre os gestores, as unidades e a comunidade. Como conclui o documento, “a avaliação nos termos concebidos pela coleção Indicadores é um processo permanente de acompanhamento e (re)avaliação das propostas acordadas coletivamente” (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p. 31).

Uma metodologia semelhante de autoavaliação institucional participativa foi desenvolvida e adotada pela prefeitura de Campinas, em sua rede de ensino, e relatada em livros organizados por Sordi e Souza (2009, 2012), os quais trazem importantes subsídios para essa linha de trabalho. O caminho seguido pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas, a partir de 2007, foi o seguinte: em um primeiro momento, um processo por adesão foi desenvolvido com 11 unidades, sendo sete de ensino fundamental e quatro de educação infantil. Em 2008, foi proposto um plano que previu a aplicação da autoavaliação nas unidades de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos (EJA). Os livros organizados por Sordi e Souza (2009, 2012) contêm ainda o relato e a análise de dados colhidos ao longo desse processo, destacando os diversos olhares sobre a experiência: de funcionários, famílias, estudantes, orientadores pedagógicos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e de parceiros da universidade.

Outra experiência de avaliação institucional da escola foi realizada na rede municipal de ensino de Cuiabá, em 24 unidades escolares, com a finalidade de validar um instrumento e testar uma metodologia de avaliação que combinou a autoavaliação interna com uma avaliação externa realizada pela Fundação Carlos Chagas, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) (2014). Para esse trabalho, foi preparado um instrumento de autoavaliação baseado nos *Indicadores da qualidade na educação* (BRASIL, 2007), com adequação à linguagem e à realidade local. O processo conduzido nas escolas utilizou o mesmo formato e os procedimentos indicados nesse documento. O projeto incluiu ações formativas para profissionais da rede e o acompanhamento das autoavaliações nas escolas por facilitadores, os quais também foram responsáveis por colher dados para a avaliação externa realizada sobre aquelas unidades. Os facilitadores receberam um Protocolo de Ética, com orientações para sua conduta durante o processo avaliativo. Cada facilitador acompanhou a avaliação em duas escolas. As escolas criaram Comissões de Avaliação da Escola, com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, conduzidas pelos coordenadores pedagógicos. Por orientação da secretaria municipal, em todo o processo, houve uma ênfase nos aspectos do currículo e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

As conclusões do relatório de pesquisa apontam para alguns aspectos importantes da experiência: a carga extra de trabalho que representa para a escola a realização de uma autoavaliação; o potencial de mudanças que um processo como esse propicia; o intenso envolvimento dos participantes em muitas unidades; alguns receios quanto ao tipo de encaminhamento que as questões apontadas nas avaliações teriam no âmbito da gestão municipal; maior facilidade em identificar problemas nas condições materiais das escolas do que nos aspectos que incidem sobre as ações dos profissionais que ali trabalham; desconfianças em relação ao papel exercido pelas famílias junto aos alunos; influência das diferentes posições ocupadas pelos participantes, na hierarquia de poder na escola, em relação à sua liberdade de expor opiniões durante as discussões coletivas. Como o projeto envolveu também uma avaliação externa das mesmas unidades, foi possível perceber que “houve retratos que mais se aproximaram da realidade” do que outros. Ou seja, “a valoração mais positiva que algumas escolas se atribuíram na maioria das dimensões pode não ser necessariamente indicativa de uma qualidade mais satisfatória”. Na realidade, o relatório reconhece que “as escolas mais ciosas de suas práticas e de seus resultados podem ser mais exigentes ao se autoavaliarem” (FCC; UNESCO, 2014, p. 142).

Ribeiro e Gusmão (2011) analisaram um conjunto de 103 planos de ação elaborados por escolas de ensino fundamental, municipais e estaduais, que resultaram de processos de autoavaliação participativa com o uso do documento *Indicadores da qualidade na educação* (*Indique*). A maioria das escolas localiza-se no estado de São Paulo, sendo que três outros estados estão também representados nesse conjunto: Goiás, Paraná e Minas Gerais. Os problemas registrados e as propostas para enfrentá-los foram analisados seguindo as sete dimensões de qualidade arroladas no *Indique*. As conclusões desse estudo apontam para o fato de que “as comunidades escolares têm conhecimentos a serem mobilizados para a solução de parte de seus problemas” (RIBEIRO; GUSMÃO, 2011, p. 467). No entanto, as propostas analisadas nesses planos de ação revelam também algumas questões com as quais as escolas demonstram encontrar maior dificuldade de lidar: a relação com as famílias, os problemas de convivência escolar (indisciplina, conflitos), e o desinteresse pelos estudos observado nos alunos. Note-se, porém, que não são apenas as faltas e o abandono dos estudos por parte dos alunos que aparecem citados nesses documentos, mas também o alto

índice de faltas e substituições de professores, funcionários e diretores (RIBEIRO; GUSMÃO, 2011, p. 465). Os planos de ação revelam, além disso, a dificuldade das escolas em encaminhar soluções que dizem respeito mais diretamente à prática pedagógica, resultado encontrado também em outras pesquisas sobre o uso da autoavaliação institucional nas escolas.

No âmbito das formulações sobre a Política Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Plano Nacional de Educação (PNE) para 2014-2024 (BRASIL, 2014) prevê, como estratégia para que a expansão da oferta não seja feita em detrimento da qualidade do atendimento, a:

[...] avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. (BRASIL, 2014, Estratégia 1.6, Meta 1)

Nesse contexto e com o intuito de fornecer subsídios que auxiliem na construção dessa política, um Grupo de Trabalho (GT) (Portaria Ministerial n. 1.147/2011) foi instituído, o qual recomendou, em seu documento, entre outras proposições, que o MEC/SEB atue no sentido de “divulgar amplamente padrões de qualidade, a partir dos *Indicadores da qualidade na educação infantil*, assegurando sistemática de envolvimento do órgão executivo do respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 2012, p. 27).

A ênfase na divulgação do documento *Indicadores da qualidade na educação infantil* se justifica, segundo parecer do GT, uma vez que ele se baseia em uma concepção de avaliação participativa sem, no entanto, abrir mão de aspectos consensuados como irrevogáveis para um atendimento infantil de qualidade.

Internacionalmente, uma das experiências mais importantes é a documentada por um grupo de pesquisadoras italianas. Em livro publicado na Itália em 2002 e traduzido no Brasil em 2004, Anna Bondioli e colaboradores analisam e refletem sobre as experiências realizadas de forma participativa e compartilhada entre pesquisadores e equipes de creches da região da Emília-Romanha, que procuraram construir uma concepção de qualidade dinâmica e negociada, fundamentada pedagogicamente, desenvolvendo indicadores de qualidade utilizados em autoavaliações com os profissionais, as crianças e as famílias. Uma legislação adotada nessa região propiciou essa iniciativa, pois condicionava a liberação de recursos públicos a um credenciamento baseado em critérios de qualidade. O processo desenvolvido ganhou também uma importante dimensão de formação e construção de conhecimento por parte de todos os envolvidos (BONDIOLI, 2004). Em outro livro, é apresentado um trabalho realizado durante dez anos, em creches e pré-escolas de Módena, que, de forma semelhante, procurou aliar três aspectos: a participação, a avaliação e a busca de qualidade. Segundo a perspectiva adotada por esse grupo, não existe qualidade sem participação, pois a qualidade não é um valor absoluto; ela supõe negociação entre indivíduos e grupos que possuem interesses e responsabilidades em relação a um determinado serviço (BONDIOLI et al., 2013).

António Bolívar (2006) traça um amplo quadro de análise sobre as tendências predominantes no campo da avaliação institucional, conferindo um lugar de destaque para a autoavaliação institucional. Apoiando-se em dados sobre a experiência acumulada nos países mais avançados, esse autor argumenta que os diagnósticos sobre o funcionamento das unidades escolares, que envolvem os próprios atores locais, são fundamentais para sustentar projetos de melhoria de qualidade da educação na

escola. Um aspecto importante para o qual ele aponta é o fato de que a autoavaliação incide sobre diversos aspectos do trabalho da escola, mas por si só apresenta dificuldades para tocar nas questões mais específicas dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem no âmbito da sala de aula. Para superar essa limitação, os modelos que têm sido adotados vêm procurando associar a autoavaliação institucional a algum tipo de avaliação externa, seja com o uso de mentores externos que acompanham a realização dos diagnósticos, seja combinando diversos tipos de abordagem: “um fator crítico del éxito es la adecuada combinación de exigencias externas com dispositivos que desarrollan la capacidade interna” (BOLÍVAR, 2006, p. 57). Outro aspecto para o qual o autor chama atenção é a necessidade de que qualquer exigência externa que se coloque para as unidades ou para os professores deve ser sempre acompanhada pelo fornecimento dos meios e apoios necessários para que as escolas e equipes de profissionais possam responsabilizar-se pelas respostas previstas nessas exigências. De modo geral, o artigo mostra que os processos de melhoria de qualidade devem ser contínuos no tempo, e necessitam de constante retroalimentação, para que se reflitam nos processos educativos concretos no âmbito das unidades escolares, pois “la autoevaluación institucional está inscrita em um processo más amplio de reconstrucción cultural de la escuela y de los modos de trabajar de los profesores” (BOLÍVAR, 2006, p. 49).

A experiência em curso na rede municipal de São Paulo faz parte, portanto, de um processo mais amplo de desenvolvimento e debate sobre formas participativas e contextualizadas de avaliação da qualidade da educação. Na *Orientação Normativa n. 01/13* de DOT-EI, o uso desse documento para a realização de uma autoavaliação institucional estava justificado:

A Secretaria Municipal de Educação ao subsidiar e incentivar as Unidades Educacionais na utilização dos Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação em 2009, como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil ratifica o processo participativo e aberto a toda comunidade. (SÃO PAULO, 2014, p. 26)

Como anexo a esse documento, consta a deliberação do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, de 7 de novembro de 2013, a qual também recomenda os *Indicadores da qualidade na educação infantil*, ao abordar a necessidade da promoção da avaliação das instituições de educação infantil, além da avaliação do desenvolvimento das crianças. De acordo com o Conselho Municipal de Educação (SÃO PAULO, 2014, p. 43):

Esse movimento coletivo [de aprofundamento da avaliação da qualidade] irá constituir em nosso Município a avaliação da/na educação infantil como um processo permanente, criativo, acolhedor de diferentes olhares em relação às possibilidades pedagógicas existentes para o desenvolvimento das crianças.

Nesse sentido, a proposta de divulgação, utilização e reflexão do documento *Indicadores da qualidade na educação infantil* em toda a rede pública do município de São Paulo se justifica à medida que propicia que, por meio da vivência de um processo autoavaliativo e democrático, a rede produza insumos para a construção de indicadores do município e que estes sejam condizentes com a história da maior e mais antiga rede de educação infantil do país, que, em 2015, completou 80 anos de história.

Considerando-se a importância e a dimensão da rede municipal de educação infantil de São Paulo, este trabalho adquire relevância especial para a promoção de uma educação infantil pública de qualidade no país.

3

O CAMINHO PERCORRIDO PARA A UTILIZAÇÃO DO *INDIQUE-EI* NA AUTOAVALIAÇÃO DAS UNIDADES



(Acervo das autoras)

A qualidade dos debates foi incrível, não esperávamos que as famílias tivessem tantas contribuições na análise desenvolvida pelo CEI.

(Relato de autoavaliação de um CEI Direto)

3.1 OBJETIVOS E ETAPAS

A proposta de autoavaliação participativa na rede municipal, com uso do documento *Indicadores da qualidade na educação infantil*, visou a incentivar os seguintes aspectos:

- fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na unidade educacional;
- diálogo entre educadores e familiares das crianças atendidas;
- práticas de gestão democrática na unidade;
- colaboração entre as equipes de DRE e as das unidades;
- aperfeiçoamento do projeto pedagógico da unidade;
- melhoria da qualidade da educação infantil municipal;
- coleta de subsídios para elaboração dos *Indicadores da qualidade na educação infantil paulistana*.

O projeto não teve como objetivo nem previu a comparação de resultados entre unidades e/ou a divulgação de resultados discutidos no âmbito das autoavaliações realizadas nas unidades para outros públicos. Obtidos por meio de procedimentos qualitativos e negociados entre os vários segmentos que participam do processo, esses resultados adquirem sentido apenas para aquele contexto e aquele momento; a mesma equipe, em momentos diferentes, pode chegar a resultados diversos; unidades com diferentes tipos de desafios podem obter resultados com distintos significados, os quais não podem ser utilizados sem consideração daqueles contextos específicos.

É importante ressaltar que, no final de 2014, com a aprovação da Portaria n. 6.570/2014, a realização da autoavaliação, antes opcional, foi incorporada ao calendário escolar para todas as unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo, sejam elas diretas ou conveniadas. Cada unidade deveria optar por um dia, entre 4 e 16 de maio de 2015, para a realização da autoavaliação, e por um dia, entre 1 e 12 de junho, para a construção do plano de ação, com suspensão de atendimento às crianças nas datas escolhidas.

O quadro abaixo explicita as principais ações realizadas no período de setembro de 2013 a junho de 2015.

QUADRO 1: PRINCIPAIS MOMENTOS E ATIVIDADES - SET. 2013-DEZ. 2015

MOMENTO	ATIVIDADES	PERÍODO
I	I Seminário Regional: Qualidade e Avaliação na EI	set. a nov. 2013
II	Formação nas DREs	out. a nov. 2013
	Realização da autoavaliação nas UEs	desde dez. 2013
III	Reunião com supervisores e representantes DREs	fev. 2014
	Reuniões regionais com UEs que aplicaram o <i>Indique-EI</i>	mar.-abr. 2014
	Reunião setorial SME	
IV	II Seminário Regional com especialistas nacionais	jul. a set. 2014
V	Composição do GT para escrita do documento paulistano	desde mar. 2015
VI	III Seminário Regional	abr. 2015
VII	Autoavaliação institucional participativa em toda a rede com a utilização dos <i>Indicadores da qualidade da educação infantil paulistana</i>	4 a 16 maio 2015
	Discussão e elaboração do Plano de Ação com a participação de toda equipe da UE e representantes das famílias	1 a 12 jun. 2015
VIII	Revisão do documento paulistano pelo GT	até dez. 2015

Fonte: As autoras.

Nota: UE - Unidade Educacional; GT - Grupo de Trabalho.

A seguir, explicita-se o conteúdo das ações desenvolvidas em cada momento.

MOMENTO I: SEMINÁRIOS REGIONAIS SOBRE QUALIDADE E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – SET.-NOV. 2013

O Momento I, realizado no período de setembro a novembro de 2013, foi composto por sete seminários regionais sobre Qualidade e Avaliação na/da Educação Infantil e contou com a participação de supervisores escolares, diretores, coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas, além de representantes das 13 DREs de São Paulo. O Quadro 2 abaixo permite a visualização da sequência das reuniões e os agrupamentos realizados entre as 13 DREs.

QUADRO 2: PROGRAMAÇÃO DO I SEMINÁRIO REGIONAL – QUALIDADE E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

I SEMINÁRIO REGIONAL	DRES PARTICIPANTES	DATA	LOCAL
Reunião 1	Butantã/Pirituba-Jaraguá	24 set. 2013	CEU V. Atlântica
Reunião 2	Campo Limpo/Capela do Socorro	26 set. 2013	CEU Campo Limpo
Reunião 3	Freguesia do Ó-Brasilândia/Jaçanã-Tremembé	1 out. 2013	Colégio Passionista São Paulo da Cruz
Reunião 4	Itaquera/Penha	22 out. 2013	CEU Aricanduva
Reunião 5	São Mateus/Guaianases	31 out. 2013	CEU Jambeiro
Reunião 6	Santo Amaro/Ipiranga	07 nov. 2013	Teatro João Caetano
Reunião 7	São Miguel Paulista	12 nov. 2013	CEU Vila Curuçá

Fonte: As autoras:

Nota: CEU - Centro Educacional Unificado.

Esse primeiro seminário teve como objetivo apresentar a proposta de uma política de educação infantil para cidade de São Paulo, discorrendo sobre o papel da avaliação na melhoria da qualidade da educação infantil. Para tal, a coordenadora de DOT-EI, Sonia Larrubia Valverde, abordou as concepções de criança, infância, educação infantil e pedagogia da infância que fundamentam as propostas de currículo, formação e avaliação na/da educação infantil do município; e a assessora de DOT-EI, Maria Malta Campos, discorreu sobre a evolução distinta das concepções sobre qualidade e avaliação nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental, resumindo as principais propostas de avaliação em discussão hoje no país; foi seguida pela apresentação de vídeo de autoria de Bruna Ribeiro,³ o qual descreve a aplicação da autoavaliação em quatro CEIs conveniados com a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), com apoio do documento *Indicadores da qualidade na educação infantil* (BRASIL, 2009).

Ao final das apresentações feitas nesses encontros, sugeriu-se às equipes das unidades a utilização do documento publicado pelo MEC em 2009 e já em uso em diversas redes do país, *Indicadores da qualidade na educação infantil*, que propõe a realização de uma experiência de autoavaliação institucional participativa nas unidades, envolvendo gestores, professores, funcionários e familiares das crianças. Essa proposta já havia sido aventada em encontro realizado com os supervisores da rede, anterior aos seminários regionais. Sem o caráter de atividade obrigatória, foi apresentada enquanto uma oportunidade oferecida àquelas unidades que se interessassem em participar da experiência de autoavaliação. Em cada uma das DREs, foram fixados prazos para inscrição das unidades e, para seus representantes, foi oferecida uma formação descentralizada, realizada com a assessoria de Bruna Ribeiro, descrita no próximo item.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7akITkrPjJE>>. Acesso em: dez. 2015.

O Momento I contou com aproximadamente 1.048 participantes, sendo 348 representantes de EMEI, 238 de CEI indireto e 492 de CEIs conveniados, ou seja, o equivalente a 50% da rede paulistana. O Quadro 3 abaixo apresenta o total de participantes por polo e revela que as participações foram bem distintas nas diferentes regionais; um fator para essa variação pode ter sido a época de realização da reunião em cada regional.

QUADRO 3: NÚMERO DE PARTICIPANTES DO I SEMINÁRIO REGIONAL POR POLO

I SEMINÁRIO REGIONAL	DRES PARTICIPANTES	Nº DE UES POR POLO	Nº DE PARTICIPANTES POR POLO	TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES
Reunião 1	Butantã	99	54	124
	Pirituba	186	70	
Reunião 2	Campo Limpo	190	38	92
	Capela do Socorro	136	54	
Reunião 3	Freguesia do Ó-Brasilândia	182	83	158
	Jaçanã-Tremembé	124	75	
Reunião 4	Itaquera	184	123	223
	Penha	160	100	
Reunião 5	São Mateus	139	61	186
	Guaianases	252	125	
Reunião 6	Santo Amaro	113	28	94
	Ipiranga	187	66	
Reunião 7	São Miguel Paulista	188	171	171
Total		2.140	1048	1048

Fonte: As autoras

MOMENTO II: FORMAÇÃO NAS DRES - OUT.-NOV. 2013

O Momento II, realizado no período de outubro a novembro de 2013, também contou com a realização de sete encontros regionais, visando a apoiar, com subsídios teórico-práticos, as unidades diretas, indiretas e conveniadas que optaram pela realização da autoavaliação proposta no documento *Indicadores da qualidade na educação infantil*. O Quadro 4, a seguir, evidencia a organização dos agrupamentos das DREs no Momento II.

QUADRO 4: PROGRAMAÇÃO DO MOMENTO II - FORMAÇÃO DE REPRESENTANTES DE UNIDADES

REUNIÕES	DRES PARTICIPANTES	DATA	LOCAL
1	Freguesia-Brasilândia/Jaçanã-Tremembé	21/10/2013	DRE Freguesia do Ó
2	Butantã/Pirituba-Jaraguá	01/11/2013	CEU Butantã
3	Itaquera/Penha	04/11/2013	CEU Vila Curuçá
4	São Mateus/Guaianases	06/11/2013	CEU São Mateus
5	Campo Limpo/Capela do Socorro	11/11/2013	Unifitalo
6	Santo Amaro/Ipiranga	21/11/2013	Teatro João Caetano
7	São Miguel Paulista	22/11/2013	DRE São Miguel Paulista

Fonte: As autoras.

Nesses encontros, a assessora de DOT-EI Bruna Ribeiro realizou uma formação para diretores, coordenadores pedagógicos e representantes das 13 DREs, apresentando um panorama das propostas e concepções de avaliação para a primeira etapa da

educação básica em destaque no cenário nacional, seguida de uma discussão mais focalizada no documento *Indique-EI*, em que discorreu sobre o objetivo, elaboração e concepções de avaliação, criança e educação infantil subjacentes a ele. Apresentou, ainda, a metodologia de utilização do documento, fornecendo orientações para a organização dos encontros de autoavaliação nas unidades educacionais da rede. Os participantes realizaram uma vivência da autoavaliação participativa proposta no documento do MEC. Os encontros contaram com um total de 418 participantes, conforme descrito no Quadro 5, a seguir.

QUADRO 5: NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES NO MOMENTO II - FORMAÇÃO NAS DRES

I SEMINÁRIO REGIONAL	DRES PARTICIPANTES	Nº DE PARTICIPANTES II MOMENTO	TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES POR REUNIÃO
Reunião 1	Butantã	31	59
	Pirituba-Jaraguá	28	
Reunião 2	Campo Limpo	26	37
	Capela do Socorro	11	
Reunião 3	Freguesia do Ó-Brasilândia	16	37
	Jaçanã-Tremembé	21	
Reunião 4	Itaquera	22	55
	Penha	33	
Reunião 5	São Mateus	67	155
	Guaianases	88	
Reunião 6	Santo Amaro	35	59
	Ipiranga	24	
Reunião 7	São Miguel Paulista	18	18
Total		420	420

Fonte: As autoras.

MOMENTO III: REUNIÃO COM SUPERVISORES PEDAGÓGICOS E REPRESENTANTES DE DEPARTAMENTOS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA PEDAGÓGICA (DOT-P) DAS DRES - FEV. 2014

Em meio ao processo de realização da autoavaliação nas unidades educacionais, iniciado em dezembro de 2013, foi se configurando, com nitidez cada vez maior, o papel fundamental das equipes das DREs, em especial dos supervisores pedagógicos e equipe do DOT-P das diretorias, na sensibilização, acompanhamento e apoio às unidades durante o processo de autoavaliação participativa.

Nesse sentido, visando a apoiar e fornecer subsídios, além de alinhar e fortalecer o processo em andamento, foi realizada, no final de fevereiro de 2014, uma reunião destinada exclusivamente a esse público durante a qual se discutiram e problematizaram alguns aspectos e desafios da participação e construção compartilhada da qualidade.

A reunião tinha quatro objetivos principais: a) apresentar as etapas já realizadas em 2013; b) propiciar que os participantes conhecessem outras experiências brasileiras que utilizam a avaliação institucional participativa; c) realizar um balanço e troca de experiências entre as DREs; e, em especial, d) pactuar os próximos passos.

A assessora Maria Malta Campos apresentou os antecedentes e o contexto das propostas de avaliação institucional participativa de educação no país, tanto na educação infantil como nas demais etapas da educação básica, enfocando alguns resultados de pesquisa com uso do *Indique*, como os estudos levados a cabo por Vanda Ribeiro e Joana Gusmão (2010) e aqueles com o uso dos *Indique-EI*, como os realizados por

Bruna Ribeiro (2010, 2013). Encerrou apresentando alguns dados do processo em andamento na rede, com os quais os representantes de cada Diretoria Regional de Educação puderam acompanhar os números de adesão e participação de acordo com seu polo.

Após o debate inicial, foi lido o relato de experiência de Michele Adriana Schulle, professora de uma EMEI que realizou a autoavaliação com a participação dos familiares. Tal relato, transcrito a seguir, revela os desafios e potenciais do processo de utilização do *Indique-EI*.

INDIQUE-EI:

PERCEPÇÕES DE UMA PROFESSORA SOBRE A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA NA EMEI PROF^a ALAÍDE BUENO RODRIGUES

A preparação para o uso dos Indicadores da qualidade na educação infantil foi iniciada com a exposição de cartazes, confecção e envio de 400 convites às famílias e uma conversa com os professores em JEIF (horário de trabalho coletivo e estudo).

A coordenadora pedagógica apresentou o documento na íntegra para quem quisesse folhear, conhecer ou aprofundar a leitura, explicitando os objetivos do documento e da experiência que iria acontecer na Unidade envolvendo toda a comunidade. Foi enfatizada a expectativa de saber o que os pais pensam sobre a EMEI Alaíde, o que eles conhecem e desconhecem sobre a vida dos filhos na Escola. Esse tema gerou discussões entre os docentes, pois alguns professores alegaram que a participação da família não iria satisfazer a expectativa colocada pela coordenação, afirmando que os pais não demonstram interesse pela vida escolar das crianças.

Chegada a data marcada, os materiais, cartões e cartazes prontos, foi percebido certo desconforto e algum burburinho por conta da forma como a reunião foi planejada: os professores conheceram na hora do encontro qual seria “sua dimensão” e se sentiram insatisfeitos com isso. Foi necessário intervir e explicar que os grupos foram divididos e não divulgados para evitar a formulação prévia de respostas, uma vez que as questões deveriam ser discutidas entre toda a comunidade participante, dando voz democrática e igualitária aos atores de cada grupo.

A “Reunião pedagógica com participação dos pais”, conforme dizeres do convite, foi iniciada com a Unidade lotada. Após orientações gerais, pais, professores, ATEs, funcionários terceirizados... Todos seguiram para as salas de acordo com a divisão que ocorreu no momento, lá receberam as cópias de acordo com a dimensão a ser discutida.

Acompanhei o grupo dois, cuja Dimensão propunha a discussão da “multiplicidade de experiências e linguagens”. Conforme cada indicador era lido em voz alta, questões vinham à tona... pais se davam conta do quão pouco sabem da vida escolar do filho, e eu, enquanto professora, refletia e também me dava conta do quanto estamos fechados a esta participação ativa da família. Se eles não sabem, pode ser porque não foram convidados a saber... E ali estava uma grande oportunidade de estreitar essas relações. A participação foi ativa, ninguém sentia vergonha de dizer o que pensava ou de perguntar sobre o que não estava claro. No fervor das discussões, quase perdemos a hora da plenária!

Após todos os grupos presentes no pátio da Unidade, a plenária foi iniciada. Foi bonito ver mãe liderando grupo, argumentando e tomando a frente de explicações sobre a cor atribuída aos indicadores. Assim como o respeito às opiniões de forma tão democrática, o peso igualitário de cada voto colocando igual importância a cada participante. Se um cartão era erguido com cor oposta à sugerida pelo grupo, todos demonstravam interesse em saber as razões pelo qual aquela pessoa tinha outra opinião, e essa opinião se fazia importante e ressignificava tudo.

São Paulo, 10 de dezembro de 2013

PROFESSORA MICHELE ADRIANA SCHULLE

Após a apresentação e distribuição de documento que sintetiza as principais ações realizadas durante o ano de 2013/2014, deu-se início ao planejamento dos próximos passos. Para tal, a pauta do Momento III e a primeira versão de seis documentos elaborados pelas assessoras e por DOT-EI foram expostos, com o objetivo de apoiar o registro da experiência, bem como possibilitar a coleta de dados que subsidiassem o processo de construção dos *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana* e facilitassem o encaminhamento das demandas oriundas das unidades educacionais.

Os seis documentos elaborados, discutidos e complementados no encontro foram:

- Matriz de avaliação;
- Questionário para representantes das unidades participantes da autoavaliação (Anexo 1);
- Questionário para representantes das DREs (Anexo 2);
- Quadro síntese de demandas (Anexo 3);
- Proposta de relato de experiência (Anexo 4);
- Questões norteadoras para o debate com as UEs (Anexo 5).

A matriz de avaliação foi adaptada e inspirada nas pesquisas de Ribeiro e Gusmão (2010) e, a partir dela, foi elaborado o questionário destinado aos representantes das unidades participantes da autoavaliação e o questionário para representantes das DREs. Tais questionários tinham por objetivo captar indicadores referentes a dois momentos distintos:

- processo de disseminação;
- realização da autoavaliação.

Os indicadores referentes ao processo de disseminação abordavam aspectos relacionados ao perfil das unidades educacionais e à qualidade do processo de divulgação. Já os indicadores relacionados à aplicação focavam os potenciais e limites do instrumento, a pertinência da proposta metodológica, a adequação dos indicadores e perguntas propostas, a qualidade do processo de avaliação e a pertinência conceitual.

O Quadro 6, abaixo, apresenta a síntese da matriz de avaliação com os seus principais indicadores e descritores, os quais, posteriormente, deram origem às perguntas do questionário.

QUADRO 6 : MATRIZ DE AVALIAÇÃO - SUBSÍDIOS PARA CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA

PROCESSOS	INDICADORES	DESCRIPTORIOS	FASE RELACIONADA	
Disseminação	Perfil das UEs*	Modalidade das UEs	Seminário I: Momentos I e II	
	Qualidade do processo de disseminação	Interesse inicial pela proposta		Seminário I: Momentos I e II
		Conhecimento do documento		
		Formação/orientação		
		Coincidência entre atores que participaram das orientações/formações e atores envolvidos na implementação da autoavaliação		
	Qualidade do processo de mobilização da comunidade escolar	Envolvimento das UEs	Aplicação e Momento III	
		Segmentos da UE que participaram		
Mecanismos de apresentação da autoavaliação na UE				
Alcance do uso	Número de UEs envolvidas por modalidade e regional	Aplicação e Momento III		
Autoavaliação	Potenciais e limites		Opinião sobre os indicadores à luz da realidade vivenciada nas UEs paulistanas	
	Pertinência da metodologia proposta		Opinião sobre o nível de operacionalidade da metodologia proposta	
	Adequação dos indicadores e perguntas propostas		Opinião sobre a clareza dos indicadores e perguntas propostas	
			Opinião sobre a adequação dos indicadores e perguntas propostas para avaliar a qualidade na educação infantil	
	Qualidade do processo de avaliação		Nível de participação dos representantes de todos os segmentos nos grupos de trabalho	
Pertinência conceitual	Correspondência quanto às expectativas iniciais	Aplicação e Momento III		
	Opinião sobre a capacidade de o <i>Indique</i> avaliar a qualidade da educação			

Fonte: Quadro adaptado pelas autoras do trabalho desenvolvido por Ribeiro e Gusmão (2010).

Nota: UE - Unidade Educacional.

Cabe ressaltar, ainda, que os dois questionários oriundos da matriz foram alvos de pré-testes realizados com uma diretora da DRE do Campo Limpo, uma coordenadora pedagógica da DRE do Ipiranga e uma supervisora escolar da DRE do Butantã. As observações advindas da experiência das três foram incorporadas ao instrumento distribuído às unidades educacionais.

Na mesma reunião de fevereiro de 2014, ficou acordado que as unidades participantes do Momento III, ou seja, as unidades que haviam realizado a autoavaliação, seriam convidadas, através de documento enviado via *e-mail* a escreverem um breve relato sobre a experiência de utilização do *Indique-EI* em sua unidade. No relato, que deveria ser entregue na reunião do Momento III destinada à socialização das experiências, não precisaria constar o nome da unidade, apenas a identificação da regional. O documento enviado previamente sugeria que o relato incluísse de forma sucinta detalhes sobre a organização prévia do evento, os desafios e os potenciais identificados no processo e na autoavaliação em si e o que mais fosse julgado relevante na experiência. O grupo participante da reunião também validou e fez sugestões relativas ao quadro síntese de demandas e às questões norteadoras, que seriam debatidas em pequenos grupos no Momento III.

MOMENTO III: REUNIÕES REGIONAIS APÓS UTILIZAÇÃO DO *INDIQUE-EI* – MARÇO A ABRIL DE 2014

O Momento III foi composto por oito reuniões regionais, que tinham como objetivos principais:

- troca de experiências e sugestões para a continuidade do processo;
- seleção dos problemas identificados na autoavaliação cujos encaminhamentos não estão no âmbito escolar, demandando apoio de órgãos específicos para sua solução;
- sugestões para a adaptação do documento de forma a produzir os *Indicadores da qualidade na educação infantil paulistana*.

Participaram desses encontros representantes de DREs e de unidades que já haviam realizado a experiência e também alguns gestores de unidades que planejavam realizar a autoavaliação em 2014. Cento e sessenta e uma unidades haviam previsto realizar a autoavaliação em 2013, e 280 unidades planejaram realizar a autoavaliação em 2014, perfazendo um total de 441 unidades. Para dar apoio a essas unidades em 2014, foram sugeridas ações descentralizadas de iniciativa das equipes das respectivas DREs.

Os encontros seguiram a lógica do agrupamento de dois polos, já utilizada nos momentos anteriores, com exceção da DRE Guaianases, que, devido ao número elevado de adesões, contou com duas reuniões para garantir uma escuta mais qualificada das experiências. O Quadro 7 ilustra a organização dos grupos para as reuniões regionais do Momento III.

QUADRO 7: PROGRAMAÇÃO DAS REUNIÕES REGIONAIS – MAR./ABR. 2014

DRES	DATA
Itaquera/São Mateus	13 março
Campo Limpo/Capela do Socorro	21 março
Freguesia do Ó-Brasilândia/Pirituba-Jaçanã	25 março
Guaianases 1	27 março
Guaianases 2	08 abril
Ipiranga/ Santo Amaro	23 abril
São Miguel/ Penha	24 abril
Butantã	29 abril

Fonte: As autoras.

A dinâmica dos encontros transcorreu de forma a propiciar que, primeiramente, os grupos pudessem trocar entre si as experiências vivenciadas, através das perguntas norteadoras descritas abaixo, para, em seguida, apresentarem em plenária uma síntese da discussão do grupo. As reuniões foram registradas através de diário de campo das assessoras e de gravação em vídeo.

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA DEBATE EM PEQUENOS GRUPOS

- Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação ocorrido em sua UE?
- E quais os potenciais identificados?

- Como os diferentes segmentos reagiram diante da proposta de realização de uma autoavaliação participativa e negociada?
- Como a metodologia do uso das cores foi assimilada e recebida pelo grupo de sua UE?
- As perguntas foram facilmente compreendidas?
- Como as diferenças de opiniões eram resolvidas e encaminhadas nos pequenos grupos e plenárias?

Posteriormente, os grupos foram convidados a apresentarem suas demandas, preenchidas previamente em quadros síntese (Anexo 3). Essas demandas externas, resultantes do processo de autoavaliação, são aquelas que extrapolam o âmbito de gestão da unidade, requerendo ações de DREs, de DOT-EI, da entidade mantenedora, no caso dos CEIs conveniados, de outros setores da SME, e de demais instâncias da prefeitura, em áreas como Saúde, Cultura, Conselhos Tutelares, entre outras.

Essas demandas foram, depois, sistematizadas e organizadas em documento entregue ao então Secretário de Educação do município, César Callegari, em reunião que contou com a diretora do DOT-EI, as assessoras do DOT-EI e a assessora do MEC. Um dos encaminhamentos gerados por ocasião desse encontro foi o compromisso assumido para a realização de uma reunião, até então inédita no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, na qual representantes dos diversos setores da SME estariam presentes para tomar conhecimento das demandas levantadas pelas unidades, o que poderia servir para nortear o planejamento desses setores.

No final dos encontros, era feito o convite para o preenchimento dos questionários e entrega dos relatos de experiência pelos participantes. No total, foram coletados 141 questionários, sendo 129 de representantes de unidades e 12 de representantes de DREs, além de 85 relatos de unidades.

Os quadros 8 e 9 apresentam o número de questionários para representantes de unidades e o número de relatos de autoavaliação que foram recolhidos durante as reuniões descentralizadas do Momento III.

QUADRO 8: NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS POR REUNIÕES REGIONAIS DO MOMENTO III

DRES	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS
Itaquera/São Mateus	13
Campo Limpo/Capela do Socorro	21
Freguesia do Ó-Brasilândia/Pirituba-Jaraguá/Jaçanã-Tremembé	30
Guaianases 1	17
Guaianases 2	17
Ipiranga/Santo Amaro	20
São Miguel Paulista/Penha	18
Butantã	5
TOTAL	141

Fonte: As autoras.

QUADRO 9: NÚMERO DE RELATOS DE AUTOAVALIAÇÃO POR DRE E TIPO DE UNIDADE

DRES	TOTAIS	CEI DIRETO	EMEI	CRECHE PARTICULAR CONVENIADA
Guaianases	22	6	2	14
Butantã	7	3	4	-
Pirituba/Jaraguá	12	3	7	2
Jaçanã/ Tremembé	9	2	3	4
Freguesia do Ó/Brasilândia	1	1	-	-
Ipiranga	16	11	4	1
Campo Limpo	2	-	2	-
Capela do Socorro	2	1	-	1
Itaquera	2	1	1	-
Penha	4	2	2	-
Santo Amaro	-	-	-	-
São Mateus	-	-	-	-
São Miguel Paulista	5	4	1	-
Total	85*	34	26	22

*Inclui 3 relatos sem menção do tipo de unidade e da DRE.

Fonte: As autoras.

MOMENTO IV: II SEMINÁRIO REGIONAL COM ESPECIALISTAS CONVIDADOS E EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES - JUL.-SET. 2014

No Momento IV, foi realizado o II Seminário Regional: Qualidade e Avaliação na Educação Infantil, abrangendo equipes das 13 DREs da capital e diretores e coordenadores pedagógicos de CEIs e EMEIs, tanto de unidades diretas, como de indiretas e conveniadas, incluindo aquelas unidades que ainda não haviam participado do projeto.

Os principais objetivos do II Seminário foram a divulgação e a discussão dos resultados das experiências vividas pelas unidades participantes. Foram também organizadas seções de pôsteres, com o registro da realização da autoavaliação nas unidades participantes em cada DRE. Posteriormente, esses pôsteres foram exibidos na sede da Secretaria Municipal de Educação. As mesas apresentaram os relatos de experiências realizadas por duas unidades educacionais (indicadas previamente pelas DREs), os quais foram comentados por especialistas convidadas com apoio do MEC (Quadro 10).

QUADRO 10: ESPECIALISTAS CONVIDADAS DO II SEMINÁRIO REGIONAL - JUL.-SET. 2014

DRES	ESPECIALISTAS	DATA
Santo Amaro/ Ipiranga	Vania Carvalho de Araújo - UFES	29 de julho
São Miguel	Vanda M. Ribeiro - Cenpec	5 de agosto
Jaçanã	Catarina Moro - UFPR	7 de agosto
São Mateus/Guaianases	Ana Paula Soares da Silva - USP-RP	14 de agosto
Pirituba/Butantã	Sílvia H. Vieira Cruz - UFCE	19 de agosto
Campo Limpo/ Capela do Socorro	Maria Thereza Marcilio - RNPI e Avante (Bahia)	21 de agosto
Penha/Itaquera	Sandra Zákia de Sousa - FE/USP	4 de setembro

Fonte: As autoras.

Nota: UFES (Universidade Federal do Espírito Santo; UFPR (Universidade Federal do Paraná); USP-RP (Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto); UFCE (Universidade Federal do Ceará); RNPI (Rede Nacional Primeira Infância; Avante, Educação e Mobilização Social; FE/USP (Faculdade de Educação da USP).

MOMENTO V: COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ESCRITA DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA

Após a realização do II Seminário Regional, um Grupo de Trabalho (GT) foi constituído com pelo menos um representante de cada DRE e representantes de unidades diretas e conveniadas da rede municipal, totalizando 31 pessoas. O GT teve por objetivo elaborar, a partir dos subsídios coletados nas etapas anteriores, a versão municipal dos *Indicadores da qualidade na educação infantil* (BRASIL, 2009). Este trabalho encontrava-se em andamento no momento de elaboração desse primeiro relatório técnico.⁴

MOMENTO VI: III SEMINÁRIO REGIONAL

Nesse conjunto de seminários descentralizados, as profissionais que compõem o GT apresentaram, para a rede, a primeira versão do documento paulistano.

MOMENTO VII: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA

No período de 4 a 19 de maio de 2015, todas as unidades realizaram a autoavaliação com a utilização dos *Indicadores da qualidade na educação infantil paulistana* e, no período de 1 a 12 de junho do mesmo ano, elaboraram seus planos de ação.

MOMENTO VIII: REVISÃO DO DOCUMENTO

A partir da análise dos dados coletados durante a autoavaliação em toda a rede municipal de educação infantil de São Paulo, o grupo de trabalho efetuou a revisão e reescrita do documento.

3 O título do documento em sua primeira versão foi *Indicadores da qualidade na educação infantil paulistana*; na sua versão final (nov. 2015), o título foi modificado para *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana*.

4

DOCUMENTAÇÃO, REGISTRO E ANÁLISE DO PROCESSO



(Acervo das autoras)

[Deveríamos] criar momentos tão sérios como estes que vêm acontecendo na cidade de São Paulo por todo o Brasil.

(Relato da equipe técnica - DRE Guaianases)

Nesta parte do relatório, são analisados os dados sobre a autoavaliação realizada pelas unidades que participaram voluntariamente da autoavaliação desenvolvida nos anos de 2013 a 2014. Esse processo foi documentado por meio de: gravações em vídeo dos seminários do Momento I, apresentações em Power Point feitas nesses encontros e em reunião com supervisores da rede, anotações das assessoras sobre os debates desenvolvidos em cada momento, fotos, coleta de registros repassados por algumas unidades (DVDs, registros escritos, fotos tiradas pelas unidades), breves relatos escritos feitos pelas unidades participantes, questionários respondidos por representantes das unidades durante os encontros do Momento III e fichas com demandas a instâncias externas, preenchidas pelas equipes participantes.

Os dados resumidos na Tabela 1 mostram o número de unidades de educação infantil da rede municipal que participaram e/ou estavam previstas para participar do processo de aplicação da autoavaliação nos anos de 2013 e 2014.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO NA AUTOAVALIAÇÃO, POR TIPO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

	N	MOMENTO I SEMINÁRIO INICIAL	% N	MOMENTO II TREINAMENTO NAS DRES	APLICARAM 2013	PREVISTO 2014	TOTAL PREVISTO	% N
EMEI	528	348	66	155	57	96	153	29
CEI DIRETO	359	238	66	177	44	74	118	33
CEI CONV.*	1253	492	39	146	60	110	170	14
TOTAL	2140	1078	50	418	161	280	441	21

Fonte: Elaboração das autoras a partir das fichas das 13 DREs (7 fev. 2014).

Nota: * CEI CONV.: CEIs conveniados incluem CEIs indiretos e creches conveniadas.

Uma diferença entre os três tipos de unidades, que pode ser constatada na Tabela 1, refere-se à relativamente menor porcentagem de participação das unidades conveniadas, em comparação com as diretas: enquanto ao redor de 30% das EMEIs e dos CEIs diretos participaram, apenas 14% dos CEIs conveniados o fizeram. Esse dado merece ser investigado, pois, em um primeiro momento, 39% das unidades conveniadas enviaram representantes aos seminários em que foi apresentada a proposta de autoavaliação; nesse primeiro momento, 66% das unidades diretas participaram, ou seja, a perda entre um momento e outro foi proporcionalmente maior no caso das conveniadas.

A participação das unidades nos diferentes momentos foi bastante desigual nas 13 DREs. Como se pode observar na Tabela 2, enquanto mais da metade das unidades de Guaianases tomou parte da experiência (e/ou manifestou a intenção de realizar a autoavaliação em 2014), em duas outras DREs, a porcentagem de unidades participantes ficou abaixo de 5%. Alguns fatores podem ter contribuído para essas diferenças: a época do ano em que foi realizada a reunião do primeiro momento naquela região, a forma de comunicação adotada pela DRE para convocar as unidades, entre outros motivos, que necessitam ser analisados, tendo em vista futuras aplicações da autoavaliação na rede municipal.

TABELA 2: UNIDADES PARTICIPANTES POR DRE (2013, COM PREVISÃO PARA 2014)

	BT	CL	CS	FB	G	IP	IQ	JT	MP	PE	PJ	SA	SM	TOTAIS
n	99	190	136	182	252	187	184	124	188	160	186	113	139	2140
2013	26	15	5	6	40	0	6	7	6	13	28	0	9	161
2014*	12	17	4	0	105	32	12	12	0	19	0	35	32	280
Totais	38	32	9	6	145	32	18	19	6	32	28	35	41	441
% n	38	17	7	3	58	17	10	15	3	20	15	31	30	21

Fonte: DOT-EI, 2013.⁵

Nota: BT (Butantã); CL (Campo Limpo); CS (Capela do Socorro); FB (Freguesia do Ó/Brasilândia); G (Guaianases); IP (Ipiranga); IQ (Itaquera); JT (Jaçanã/Tremembé); MP (São Miguel Paulista); PE (Penha); PJ (Pirituba/Jaraguá); SA (Santo Amaro); SM (São Mateus).

No ano de 2013, estava programada a aplicação da autoavaliação em 161 unidades. Para documentar essas experiências, foram previstas diversas estratégias, entre as quais a aplicação de um questionário ao final das reuniões descentralizadas de relatos das unidades (Momento III). Nessa ocasião, em oito reuniões realizadas durante o primeiro semestre de 2014, foram recolhidos 141 questionários, sendo que 129 foram preenchidos por representantes de unidades (um por unidade representada) e 12 por representantes de DREs presentes nos mesmos encontros.

A seguir, são descritos os procedimentos utilizados para a organização e análise desse material.

4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários foram aplicados ao final das reuniões que caracterizaram o terceiro momento do projeto, quando ocorreram trocas em pequenos grupos. Durante a plenária final, os relatores dos pequenos grupos resumiram os principais aspectos dos relatos de experiência e dos debates realizados em seus grupos. Durante a plenária, esses pontos foram objeto de novos debates, com a participação das assessoras e da equipe de DOT-EI.

Os dados recolhidos por meio dos questionários foram processados e analisados no Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE) da Fundação Carlos Chagas (FCC), sob coordenação da assessora de DOT-EI e pesquisadora da FCC, Maria Malta Campos, e da também assessora de DOT-EI, Bruna Ribeiro. Colaborou com esse trabalho a aluna do Programa de Mestrado em Educação – Currículo da PUC de São Paulo, Aline Dias Nascimento. A estatística da FCC responsável, Miriam Bizzocchi, contou com o auxílio de uma digitadora remunerada de forma colaborativa pelo DPE da FCC.

Obtidas as cópias xerox dos questionários, estes foram numerados de acordo com os seguintes critérios: o primeiro dígito referiu-se à reunião descentralizada na qual aquele grupo de questionários foi recolhido; os três dígitos subsequentes seguiram uma ordem crescente do primeiro até o oitavo grupo de questionários recolhidos nos oito encontros realizados. As cópias originais preenchidas permaneceram arquivadas na SME. Os questionários respondidos por representantes de DREs foram numerados da mesma forma, em seqüência aos demais.

⁴ A previsão para 2014, informada pelas DREs, não foi conferida por DOT-EI em 2014.

TABELA 3: NÚMERO E PORCENTAGEM DE QUESTIONÁRIOS PREENCHIDOS POR REPRESENTANTES DE UNIDADES E REPRESENTANTES DE DRES NAS REUNIÕES DO MOMENTO III

REUNIÕES POR DRES	N. QUEST. REPRESENT. UNIDADES	%	N. QUEST. REPRESENT.DRES	TOTAIS QUEST.
Itaquera/São Mateus	11	9	2	13
Campo Limpo/Capela do Socorro	19	15	2	21
Freguesia do Ó-Brasilândia/Pirituba-JaraguáJaçanã-Tremembé	30	23	-	30
Guaianases 1	17	13	-	17
Guaianases 2	13	10	4	17
Ipiranga/Santo Amaro	19	15	1	20
São Miguel Paulista/Penha	16	12	2	18
Butantã	4	3	1	5
TOTAIS	129	100%	12	141

Fonte: As autoras.

A seguir, a Tabela 4 apresenta a distribuição dos questionários por DREs da rede municipal. Mais uma vez, destacam-se as diferenças entre o número de questionários de representantes das 13 diretorias, que oscila entre os extremos de 30 questionários de representantes de unidades de Guaianases e quatro das representantes do Butantã. Note-se que a reunião do Momento III no Butantã coincidiu com a eclosão de uma greve de professores da rede, o que pode ter dificultado a participação de muitos profissionais. Em quatro outras diretorias regionais, não se obteve nenhum questionário respondido por seus representantes.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO POR DRES DE QUESTIONÁRIOS PREENCHIDOS POR REPRESENTANTES DE UNIDADES E REPRESENTANTES DE DRES

DRES	REPRESENTANTES DE UNIDADES N	REPRESENTANTES DE UNIDADES %	REPRESENTANTES DE DRES N
Butantã	4	3	1
Campo Limpo	13	10	1
Capela do Socorro	6	5	1
Freguesia do Ó - Brasilândia	5	4	-
Guaianases	30	23	4
Ipiranga	14	11	-
Itaquera	5	4	1
Jaçanã - Tremembé	9	7	-
Penha	9	7	1
Pirituba - Jaraguá	15	12	-
Santo Amaro	5	4	1
São Mateus	6	5	1
São Miguel Paulista	8	6	1
TOTAL	129	100 %	12

Fonte: As autoras.

Os procedimentos descritos abaixo referem-se aos 129 questionários respondidos por representantes de unidades (Anexo 1).

Após a numeração, as respostas pré-codificadas foram digitadas e conferidas em uma planilha formatada do programa Excel. As primeiras distribuições de respostas foram analisadas. A partir delas, novas distribuições de frequência foram obtidas considerando o tipo de unidade: EMEI, CEI direto e CEI indireto ou conveniado.

Quanto às respostas abertas, utilizaram-se os seguintes procedimentos para sua análise: 1) as respostas foram digitadas em uma planilha Excel; 2) foi sorteada uma amostra de 26 questionários para elaboração de uma versão preliminar de categorias de classificação. Após substituição de alguns deles, que continham muitas perguntas sem resposta ou com respostas insuficientes (em um, por exemplo, a/o respondente declarava que não esteve presente durante a aplicação em sua unidade e, por esse motivo, não podia responder às questões), todas as respostas foram lidas pelas pesquisadoras; 3) cada pesquisadora elaborou categorias preliminares para classificação das respostas para um grupo de questões; 4) a primeira versão das categorias propostas foi discutida em grupo e modificada; 5) cada pesquisadora responsabilizou-se por classificar as respostas abertas de um grupo de questões, sendo que, nesse processo, novas categorias tiveram de ser criadas e outras, modificadas; 6) essa classificação foi discutida em grupo, revista e examinada pela estatística; 7) uma nova revisão das categorias foi realizada em grupo, visando à sua redução para fins de tabulação; 8) as respostas foram processadas por categorias.

Em diversas perguntas, previa-se a categoria *outros*, em que o respondente poderia preencher por escrito alguma resposta não incluída nas alternativas propostas no questionário. Essas respostas foram analisadas e classificadas diretamente a partir dos questionários para serem computadas na análise.

4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DE UNIDADES

As 129 unidades citadas nos questionários representam os quatro tipos que compõem a rede municipal de educação infantil: EMEIs, que recebem crianças de 4 e 5 anos de idade; CEIs diretos e conveniados, que atendem a faixa etária entre 0 e 3 anos e 11 meses; e um Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei), que recebe crianças entre 0 e 5 anos (Tabela 5).

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS POR TIPO DE UNIDADE

	N	%
EMEI	40	31
CEI direto	53	41
CEI conveniado	35	27
Cemei	1	1
Total	129	100%

Fonte: As autoras.

Uma primeira constatação a partir das respostas obtidas é que, embora essa etapa da experiência tenha sido prevista para as unidades que realizaram a autoavaliação em 2013, na realidade, uma parcela dos respondentes declarou que esta havia sido feita já no ano de 2014. O total de respostas nessa questão é menor do que o total de questionários recolhidos (129), não incluindo aqueles sem resposta à questão. Na classificação por tipo de unidade, o único Cemei foi incluído na categoria EMEI.

TABELA 6: ANO EM QUE SE REALIZOU A AUTOAVALIAÇÃO POR TIPO DE UNIDADE

TIPO DE UNIDADE	EMEI	%	CEI DIRETO	%	CEI CONVENIADO	%	TOTAL	%
2013	36	88	39	81	25	74	100	81
2014	5	12	9	19	9	26	23	19
Total	41	100%	48	100%	34	100%	123	100%

Fonte: As autoras.

TABELA 7: PARTICIPAÇÃO NO I E NO II SEMINÁRIO POR TIPO DE UNIDADE

TIPO DE UNIDADE	EMEI	%	CEI DIRETO	%	CEI CONVENIADO	%	TOTAL	%
I Seminário - participou	38	93	44	88	31	89	113	90
Não participou	3	7	6	12	4	11	13	10
II Seminário - participou	38	95	47	90	29	83	114	90
Não participou	2	5	5	10	6	17	13	10

Fonte: As autoras.

Nem todas as unidades presentes no Momento III participaram nos dois seminários realizados nos momentos anteriores: 10% delas responderam que não estiveram presentes em cada um deles, sendo que as porcentagens de respostas “não” foram semelhantes para os três tipos de unidades. Essas respostas coincidem com as informações colhidas informalmente durante a realização dos diversos momentos, pois se constatava, muitas vezes pelo teor das perguntas feitas pelos presentes, que essa participação, para uma parte das unidades envolvidas, variava de uma reunião para outra.

Como já havia essa preocupação com a oscilação da presença e também com a mudança da pessoa representante da unidade de uma reunião para outra, o questionário incluía uma pergunta sobre se as pessoas que participaram das formações nos Momentos I e II foram as mesmas que organizaram e lideraram o processo de autoavaliação nas unidades. A maioria respondeu que sim, mas uma parcela, relativamente mais alta nos CEIs diretos, disse que não; duas respostas concordaram com a alternativa que indicava que o fato de não serem as mesmas interferiu negativamente no processo (Tabela 8).

TABELA 8: QUEM PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES FOI A MESMA PESSOA QUE COORDENOU A AUTOAVALIAÇÃO?

TIPO DE UNIDADE	EMEI	%	CEI DIRETO	%	CEI CONVENIADO	%	TOTAL	%
Sim	34	85	37	76	29	85	100	81
Não, mas isso não interferiu	5	13	11	22	5	15	21	17
Não, e isso interferiu negativamente	1	3	1	2	-	-	2	2

Fonte: As autoras.

O documento *Indicadores da qualidade na educação infantil* foi publicado pelo MEC no final de 2009 e exemplares foram enviados a todas as instituições públicas de educação infantil no país. Além disso, o documento encontra-se disponível para consulta e pode ser baixado gratuitamente do portal do MEC. Mesmo assim, a maioria das respostas (76%) indicou que as equipes não conheciam o documento e nunca o

havia aplicado. Os CEIs diretos foram aqueles que responderam em maior proporção (24%) que já haviam realizado a autoavaliação proposta no documento (Tabela 9).

TABELA 9: A UNIDADE JÁ HAVIA REALIZADO A AUTOAVALIAÇÃO PROPOSTA NO DOCUMENTO? JÁ O CONHECIA?

TIPO DE UNIDADE	EMEI	%	CEI DIRETO	%	CEI CONVENIADO	%	TOTAL	%
Não e a maioria do grupo não conhecia o documento	29	73	34	67	33	94	96	76
Não, mas a maioria do grupo conhecia o documento	5	13	5	10	1	3	11	9
Sim	6	15	12	24	1	3	19	15

Fonte: As autoras.

Dentre as 19 unidades que responderam “sim”, duas não especificaram como o documento havia sido usado, e a maioria relatou a utilização do documento em momentos de formação com a equipe da unidade; apenas duas respostas sugerem que a autoavaliação seguiu a metodologia proposta e duas relatam ter incluído as crianças no processo; uma resposta se sobressai, mostrando que a simples leitura do documento, após sua chegada pelo correio, motivou uma mudança importante na conduta da unidade: “Assim que o documento chegou no CEI pelo correio, lemos e vimos que deveríamos ir trabalhando de forma diferente com relação aos pais”.

O questionário indagou sobre a reação inicial da equipe da unidade em relação à proposta de utilização do documento em uma autoavaliação com participação de todos, inclusive dos pais. Mais da metade das respostas (57%) indicou que a equipe achou a proposta interessante, mas julgou que havia pouco tempo para organizá-la; 20% não colocou nenhuma objeção. Apenas seis unidades reportaram uma resistência da equipe e dificuldades para ganhar sua adesão, e outras dez decidiram realizar a autoavaliação sem os pais. Dentre as 13 unidades que explicitaram sua resposta na alternativa *outros*, três mencionaram o receio da equipe de que a autoavaliação fosse utilizada com outros propósitos, sendo que uma delas mencionou a desconfiança de que se prestasse a uma avaliação externa.

As perguntas seguintes do questionário dizem respeito a como foi a participação dos diversos segmentos no processo de autoavaliação, desde a discussão da proposta pela equipe da unidade, contemplando a forma adotada para o convite aos pais das crianças e para a preparação da reunião, incluindo questões sobre o grau de participação e compreensão dos itens do documento durante o processo. Também se perguntou sobre eventuais mudanças e adaptações adotadas na realização da experiência, tanto em relação ao conteúdo dos indicadores, quanto em relação à metodologia proposta.

TABELA 10: PORCENTAGEM DE PARTICIPANTES DA AUTOAVALIAÇÃO POR TIPO DE UNIDADE*

SEGMENTOS	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAIS	TOTAL (129)
	%	%	%	N	%
Diretor	98	81	97	117	91
Coordenador pedagógico	95	83	97	117	91
Professores	98	89	94	120	93
Agente técnico escolar	85	79	14	82	64
Cozinheiras	54	43	77	72	56
Atendentes gerais	59	43	51	65	50
Familiares	98	85	94	118	91
Pessoas da comunidade	15	15	43	29	22
Supervisores	10	8	6	10	8
Representantes da DRE	7	11	3	10	8
Representantes da mantenedora	2	4	23	11	9
Outros	20	13	3	16	12

Fonte: As autoras.

*Mais de uma resposta por respondente.

Chama atenção o fato de que proporção significativamente mais alta de diretores, coordenadores pedagógicos e até mesmo professores dos CEIs diretos não tenha participado das autoavaliações, em comparação com os outros tipos de unidades. Essas porcentagens correspondem a 10 diretores, nove coordenadores e professores de seis unidades, segundo as respostas indicadas nos questionários. Quanto aos familiares, a participação foi bastante alta, com exceção dos CEIs diretos, onde ela não foi registrada por 15% dos respondentes. A alternativa *pessoas da comunidade* foi proporcionalmente mais registrada por representantes de CEIs conveniados, o que talvez possa indicar uma maior proximidade dessas unidades com moradores do bairro. Nas unidades conveniadas, houve também uma participação mais alta de cozinheiras, talvez devido ao fato dos serviços de alimentação não serem todos terceirizados, como nas unidades diretas; diferenças quanto aos outros tipos de funcionários podem ser explicadas pelo fato do quadro de pessoal variar entre as unidades públicas e conveniadas. A categoria *outros* inclui uma maioria de respostas que especifica o tipo de funcionário operacional que participou; duas respostas mencionam a participação de crianças, uma cita “estagiários da USP” e outro questionário registra a presença de profissional da Secretaria do Verde e de nutricionistas da DRE.

As unidades utilizaram diversas formas de comunicação para convidar os familiares das crianças e as pessoas da comunidade a participarem das autoavaliações. Essa variedade de meios reflete-se na alta proporção de respostas na categoria *outros*, explicitadas a seguir.

TABELA 11: COMO AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE FORAM CONVIDADAS A PARTICIPAR?*

CONVITES	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAIS	TOTAIS
	%	%	%	N	%
Reunião	44	43	60	62	48
Carta-convite	66	60	57	79	61
Cartazes na UE	51	42	43	58	45
<i>Blog</i>	0	4	0	2	2
Outros meios	27	30	9	30	23

Fonte: As autoras.

*Mais de uma resposta por respondente.

As unidades conveniadas utilizaram com maior frequência avisos em reuniões do que as demais e uma porcentagem mais alta das EMEIS registrou o uso de cartazes nas unidades.

A categoria *outros* foi preenchida por 30 unidades. Dentre essas respostas, sete mencionaram bilhetes e oito registraram a comunicação direta com os pais nos momentos de entrada e saída das crianças, sendo que uma dessas unidades mencionou a participação de pais do Conselho de Escola nessa comunicação direta. Outras formas de convocação reportadas foram reunião de pais, notícias em murais da escola, convocação durante evento cultural, e o uso do Facebook.

Para classificar o grau de participação dos diversos segmentos presentes durante a autoavaliação, foram utilizadas as categorias de participação ativa, reservada e passiva. Essas categorias estão baseadas em tipologia elaborada por Licínio Lima (2008) e utilizada na pesquisa de mestrado de Bruna Ribeiro (2010). É considerada ativa aquela participação que evidencia alto envolvimento e capacidade de influenciar a decisão do grupo; a participação reservada caracteriza-se por envolvimento mediano, mas não totalmente alheio; a participação é classificada como passiva quando há envolvimento mínimo ou nenhum envolvimento, mas a presença foi registrada durante a atividade.

TABELA 12: COMO FOI A PARTICIPAÇÃO DOS VÁRIOS SEGMENTOS NO PROCESSO AUTOAVALIATIVO?

TIVERAM PARTICIPAÇÃO ATIVA	EMEIS POR SEGMENTO	CEIS DIRETOS POR SEGMENTO	CEIS CONVENIADOS POR SEGMENTO	TOTAIS POR SEGMENTO	TOTAIS POR SEGMENTO
	%	%	%	N	%
Diretor	83	70	71	88	75
Coordenador pedagógico	92	84	79	99	85
Professores	98	80	76	102	85
Agente técnico escolar	58	49	29	44	51
Atendentes gerais	38	28	62	29	41
Cozinheiras	25	17	63	27	36
Familiares	61	61	77	74	65
Outros	44	56	100	13	59

Fonte: As autoras.

A proporção de familiares cuja participação foi classificada como ativa nas unidades conveniadas foi mais alta que nas demais; essa porcentagem equivale àquela atribuída

a professores, é mais alta do que a indicada para diretores e bem próxima da conferida aos coordenadores pedagógicos. Embora um pouco mais baixa nas unidades diretas, assim mesmo a maioria dos familiares tiveram uma participação classificada como ativa pelos representantes das unidades, o que, para muitos, foi um dado surpreendente, visto o receio manifestado nas reuniões preparatórias em relação à participação dos pais na autoavaliação da unidade.

A observação colocada à margem dessa questão, registrada em um questionário, ilustra bem essa reação sobre a participação dos familiares: “alguns se colocaram com bastante propriedade”.

Por outro lado, também surpreende o fato de que nem todos os diretores participaram ativamente do processo, especialmente nos CEIs, tanto diretos como conveniados. Os dados sugerem que os coordenadores pedagógicos exerceram uma maior liderança nas autoavaliações, em comparação com os diretores.

As perguntas seguintes do questionário diziam respeito ao grau de compreensão dos diferentes segmentos em relação ao processo de autoavaliação proposto pelo documento orientador quanto: ao enunciado das questões, à metodologia de atribuição de cores e à dinâmica de trabalho em grupos.

Para classificar o grau de compreensão do enunciado das questões que compõem o documento, foram propostas as seguintes categorias: *com facilidade*, *razoável* e *grande dificuldade*. As porcentagens se referem à soma das respostas classificadas nas três categorias propostas para cada segmento. A Tabela 13 só apresenta as respostas classificadas na alternativa *com facilidade*.

TABELA 13: COMO O ENUNCIADO DAS QUESTÕES FOI COMPREENDIDO PELOS DIVERSOS SEGMENTOS?

COMPREENDERAM COM FACILIDADE EM CADA SEGMENTO	EMEIS % POR SEGMENTO	CEIS DIRETOS % POR SEGMENTO	CEIS CONVENIADOS % POR SEGMENTO	N RESPOSTAS POR SEGMENTO	% TOTAIS RESPOSTAS POR SEGMENTO
Diretor	95	89	97	113	93
Coordenador pedagógico	95	91	97	111	94
Professores	79	74	82	94	78
Agente técnico escolar	46	57	20	42	50
Atendentes gerais	40	28	37	24	35
Cozinheiras	29	16	36	21	27
Familiares	22	18	32	27	23
Outros	0	40	0	4	24

Fonte: As autoras.

Como seria de se esperar, os respondentes classificaram o grau de compreensão dos diversos segmentos de acordo com sua maior ou menor familiaridade em relação aos tópicos abordados no documento, o que parece refletir, por um lado, seu nível de escolaridade e, por outro, seu papel profissional na equipe da unidade. Novamente chama atenção a diferença observada quanto aos familiares e também às cozinheiras dos CEIs conveniados, considerados proporcionalmente como tendo uma compreensão melhor das questões do que nos outros dois tipos de unidade.

O questionário indagou sobre qual o tipo de questão que causou maior dificuldade de compreensão. As respostas abertas foram analisadas e agrupadas em categorias, como mostra a Tabela 14.

TABELA 14: MAIORES DIFICULDADES DE COMPREENSÃO POR TIPO DE UNIDADE

	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAIS	TOTAIS
	%	%	%	N	%
Dificuldades de compreensão dos pais	7	13	6	12	9
Questões pedagógicas ou técnicas	15	21	17	23	18
Formação docente	15	13	3	14	11
Planejamento (1ª dimensão)	7	6	26	15	12
Segurança, saúde, inclusão	0	9	3	6	5
Críticas gerais	7	4	3	6	5
Outros	20	13	20	22	17
Totais	100%	100%	100%	129	100%

Fonte: As autoras.

O maior número de respostas na categoria *questões pedagógicas ou técnicas* não surpreende, sendo muitas vezes associado, nas respostas, a dificuldades de compreensão dos pais e/ou de pessoas com menor escolaridade. A primeira dimensão do documento, “Planejamento institucional” – que inclui os indicadores Proposta pedagógica consolidada, Planejamento, acompanhamento e avaliação, além de Registro da prática pedagógica – gerou muitas indagações entre os participantes, segundo 12% dos questionários. Foram reportadas, durante as reuniões regionalizadas de relatos ocorridas no Momento III do trabalho, sugestões dos pais para que os projetos político-pedagógicos das escolas fossem disponibilizados para consulta, revelando o interesse despertado entre os familiares por algo que desconheciam.

TABELA 15: AS ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO (PEQUENOS GRUPOS, PLENÁRIA, PLANO DE AÇÃO) FORAM FACILMENTE COMPREENDIDAS PELA MAIORIA DO GRUPO?

	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAIS	TOTAIS
	%	%	%	N	%
Sim	80	58	74	90	70
Em parte	15	23	11	22	17
Não	5	6	11	9	7

Fonte: As autoras.

As porcentagens que indicam que a compreensão não foi fácil foram pouco significativas nos três tipos de unidade. Nas EMEIs, uma maior proporção de respostas indicou que houve facilidade de compreensão por parte do grupo quanto à organização das etapas da autoavaliação.

Para quem assinalou a alternativa *em parte*, foi solicitado que comentasse sua resposta. Dentre 22 respostas, seis mencionaram a realização da plenária como apresentando alguma dificuldade, e dessas, uma relatou terem optado por não realizar essa parte da reunião. Uma das respostas indicou o inverso: a plenária foi o momento menos complicado. Outras duas respostas relataram não terem realizado as discussões em pequenos grupos; a maioria das outras respostas tocou nas dificuldades de compreensão e na necessidade de esclarecimentos aos participantes e algumas informaram não terem realizado o plano de ação. Os comentários sobre a resposta *não* incluíram principalmente as questões que foram objeto de esclarecimentos adicionais e explicações aos participantes; um deles abordou também dificuldades na realização da plenária,

sugerindo algum “exercício em outro momento”. Outras respostas também indicam que os participantes demonstraram alguma dificuldade em participar de discussões coletivas e chegar a consensos.

Foram três as questões que abordaram o uso de cores na metodologia proposta no documento orientador. As cores verde, amarela e vermelha corresponderam respectivamente a uma avaliação positiva, uma avaliação com indicativo de atenção ou uma avaliação negativa, necessitando mudanças para cada questão e indicador do documento. A metodologia propõe o uso de cartões coloridos pelos participantes, como forma de indicar sua avaliação e o uso de cores nos cartazes que registram as sínteses das avaliações dos grupos e da plenária sobre os diversos tópicos cobertos pelo documento.

Houve poucas diferenças entre os três tipos de unidade nas proporções de respostas previstas para a questão sobre a compreensão do uso de cores na autoavaliação (Tabela 16). Optaram pela alternativa *com facilidade* mais de 90% das respostas que se referiram a diretores, coordenadores pedagógicos, professores e agentes técnicos escolares. As porcentagens oscilaram em torno de 80% de *com facilidade*, para os segmentos atendentes gerais, cozinheiras e familiares. Apenas um questionário apontou que os familiares tiveram *grande dificuldade* para entender o uso de cores (um CEI direto). Parece, então, que a metodologia do uso de cores obteve o resultado esperado, no sentido de ser de fácil ou razoável compreensão por quase todos.

TABELA 16: COMO A METODOLOGIA DE CORES FOI COMPREENDIDA PELOS DIFERENTES SEGMENTOS?

COM FACILIDADE	NÚMERO DE RESPOSTAS POR SEGMENTO	% RESPOSTAS POR SEGMENTO
Diretor	109	93
Coordenador pedagógico	110	96
Professores	108	94
Agentes técnicos escolares	57	93
Atendentes gerais	58	84
Cozinheiras	60	81
Familiares	93	83
Outros segmentos	20	77

Fonte: As autoras.

A porcentagem de unidades que responderam afirmativamente à questão sobre se o grupo utilizou de forma adequada a metodologia de cores confirmou esses dados, pois 95% das unidades concordaram com essa alternativa.

Foram poucos os comentários a essas questões; dois questionários mencionaram dúvidas sobre a cor amarela e uma resposta expressou crítica à interpretação das avaliações exclusivamente baseada em cores: “As cores foram compreendidas, porém na síntese final elas não davam conta de expressar o debate e uma questão não se reduzia numa única cor”.

Porém, apesar das avaliações majoritariamente positivas, uma parcela das unidades reportou que realizou adaptações no uso das cores: 38 unidades, ou seja, quase 40% dentre as 98 respostas a essa questão (Tabela 17).

TABELA 17: HOUE NECESSIDADE DE ADAPTAÇÕES À METODOLOGIA DE ATRIBUIÇÃO DE CORES AOS INDICADORES?

	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAL	TOTAL
	%	%	%	N	%
Sim	37	54	17	38	39

Fonte: As autoras.

A porcentagem de unidades que realizaram adaptações foi mais alta para os CEIs diretos (54%), correspondendo a 21 dentre 39 respostas. Alguns exemplos de adaptações foram descritos nos relatos escritos e orais: uso de duas cores na avaliação de indicadores, significando um conceito intermediário; uso de outras cores para indicar “não se aplica”, entre outras modificações.

As questões seguintes indagavam sobre a opinião dos participantes a respeito da autoavaliação proposta: as dificuldades encontradas para sua realização, a percepção dos participantes, as expectativas geradas.

TABELA 18: OPINIÃO SOBRE O FORMATO DE AUTOAVALIAÇÃO PROPOSTO E A ORGANIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA SUA REALIZAÇÃO

ALTERNATIVAS	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAIS	TOTAIS
	%	%	%	N	%
É bem detalhado, mas facilita a organização do trabalho	51	63	56	68	57
É interessante, mas precisaria ser mais bem explicado	28	28	38	37	31
Exige muito e sobrecarrega a equipe gestora	10	2	0	5	4
Outro	10	7	6	9	8

Fonte: As autoras.

Apenas cinco unidades, todas diretas, queixaram-se da sobrecarga causada à equipe gestora. A maioria das respostas concordou com a primeira alternativa e cerca de 30% opinaram que esse formato de reunião e sua organização precisariam ser mais bem explicados. Essa segunda alternativa foi proporcionalmente mais escolhida por representantes de CEIs conveniados.

Alguns dos nove comentários incluídos na categoria *outros* avaliaram que o documento é muito extenso, sugerindo menor número de dimensões ou que o documento fosse “dividido” em questões para todos e questões que não seriam respondidas por todos (uma resposta). O comentário a seguir ilustra esse tipo de opinião: “Muito extenso, porém necessário. No entanto, possibilita a dispersão por se tornar cansativo, não sendo possível a conclusão de todos os passos metodológicos”.

A pergunta seguinte pedia a opinião dos participantes sobre o processo vivenciado. A grande maioria das respostas indica uma opinião positiva dos participantes e em nenhum questionário se registrou a alternativa mais negativa, onde se mencionava a ocorrência de “muitos conflitos” (Tabela 19). Nos CEIs conveniados, sete respostas optaram pela segunda alternativa, correspondendo a um percentual mais alto do que nos CEIs diretos.

TABELA 19: COMO OS PARTICIPANTES DA AUTOAVALIAÇÃO AVALIARAM O PROCESSO VIVENCIADO?

ALTERNATIVAS	EMEIS	CEIS DIRETOS	CEIS CONVENIADOS	TOTAIS	TOTAIS
	%	%	%	N	%
No geral, avaliaram positivamente	92	87	79	101	86
Houve algumas avaliações negativas	0	11	21	12	10
Avaliaram de forma negativa, pois gerou muitos conflitos	0	0	0	0	0
Outras	8	1	0	4	3

Fonte: As autoras.

Uma dentre as quatro respostas na categoria *outras* mencionou que muitas questões “extrapolam os muros da escola” e, por esse motivo, não adiantaria avaliá-las.

Como era de se esperar, a maioria (94%) dos representantes de unidades confirmou que o processo de autoavaliação gerou expectativas no grupo.

As respostas sobre quais expectativas foram geradas foram classificadas segundo as categorias que constam da Tabela 20. Em cerca de 20% dos questionários, essa resposta foi deixada em branco. A maioria das respostas referiu-se a expectativas em relação à melhoria das questões avaliadas como insatisfatórias (com a cor vermelha), e principalmente as unidades públicas registraram expectativas do grupo quanto a possíveis respostas às demandas que seriam encaminhadas a instâncias da secretaria e da prefeitura. Os CEIs diretos revelaram-se um pouco mais receosos quanto aos desdobramentos do processo do que os demais.

TABELA 20: O PROCESSO GEROU ALGUMA EXPECTATIVA NO GRUPO? QUAIS?

	EMEIS	CEI DIRETO	CEI CONVEN.	N TOTAL	% TOTAL
Participação das famílias	1	4	4	9	9,4
Resolução de demandas externas	9	13	4	26	27,1
Melhoria das questões em vermelho	12	7	13	32	33,3
Insegurança, receios dos desdobramentos	4	8	1	13	13,6
Maior participação e diálogo	1	4	2	7	7,3
Planejamento da unidade	5	-	3	8	8,3
Documento próprio da rede	-	1	-	1	1,0
Totais de respostas	32	37	27	96	100%

Fonte: As autoras.

A proposta de autoavaliação definida no documento orientador do MEC considera que a principal finalidade do processo desencadeado nas instituições é traçar um diagnóstico da unidade que subsidie um plano de ação, o qual deve prever as iniciativas a serem priorizadas para o aprimoramento da qualidade do trabalho educativo. O questionário indagou sobre a realização do plano a partir da questão: “O processo de autoavaliação orientou o processo de elaboração/revisão do projeto político-pedagógico (PPP) de sua UE?”. A porcentagem de unidades que responderam sim a essa pergunta foi de 96%; apenas quatro unidades se posicionaram negativamente. Esse dado é bastante encorajador, pois esse é um dos principais objetivos da autoavaliação proposta, o que confirma o seu papel de estímulo para ganhos de qualidade na educação infantil.

Disseram já ter realizado o plano de ação 69% dos respondentes; a menor proporção daqueles que responderam afirmativamente a essa questão foi encontrada para os CEIs conveniados, 57%.

TABELA 21: SEGMENTOS QUE PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO POR TIPO DE UNIDADE

SEGMENTOS	EMEI	CEI DIRETO	CEI CONVENIADO	TOTAL	TOTAL
	%	%	%	N	%
Diretor	67	54	85	58	65
Coordenador pedagógico	73	56	80	60	67
Professores	63	54	70	54	61
Agentes técnicos escolares	40	33	5	26	29
Atendentes gerais	27	18	20	19	21
Cozinheiras	13	15	30	16	18
Familiares	20	31	35	25	28
Supervisores	-	5	5	3	3
Outros	13	13	5	10	11
Totais (realizaram o Plano de Ação)	30	39	20	89	69%

Fonte: As autoras.

Os dados da Tabela 21 mostram que a tarefa de realizar o plano de ação foi majoritariamente assumida pela equipe gestora e por professores das unidades, sendo que essa tendência foi mais marcante no grupo de CEIs conveniados. Os demais funcionários também participaram, mas em proporção mais baixa. A participação dos familiares chegou perto de 30% para as 89 unidades que declararam ter realizado o plano de ação, sendo que, nas EMEIs, a proporção foi menor: 20%. Em três questionários, registrou-se a participação de supervisores. Dentre as dez respostas em *outros*, duas mencionaram explicitamente a participação das equipes de limpeza, vigias e funcionários terceirizados. As demais acrescentaram detalhes sobre a forma escolhida e os prazos adotados para realizar o plano de ação.

Um fator que pode ter interferido sobre a participação distinta dos diversos segmentos é o fato de que, em várias unidades, a elaboração do plano de ação foi realizada em outros dias, após a data da reunião convocada para a autoavaliação coletiva.

4.2.1 QUESTÕES ABERTAS POR TIPO DE UNIDADE

O questionário procurou deixar espaço para as opiniões e comentários dos representantes das unidades sobre a experiência vivida com a aplicação da autoavaliação institucional proposta.

Foram diversas questões em aberto, que foram classificadas em categorias. A mesma resposta pode estar classificada em mais de uma categoria, quando aborda diferentes aspectos da questão. Para comparar os resultados por tipo de unidade, algumas categorias próximas foram agrupadas, como, por exemplo, dificuldades com *tempo e data*.

TABELA 22: QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS IDENTIFICADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO PARTICIPATIVA?

CATEGORIAS DE RESPOSTA		EMEI		CEI DIRETO		CEI CONVENIADO		TOTAL	
	Número de respondentes	41	100%	53	100%	35	100%	129	100%
1	Participação da família e comunidade	25	61%	26	49%	19	54%	70	54%
2	Tempo e data	21	51%	24	45%	10	29%	55	43%
3	Organização do evento	8	20%	7	13%	9	26%	24	19%
4	Participação de todos os segmentos	15	37%	18	34%	4	11%	37	29%
5	Metodologia do documento	2	5%	4	8%	0	0%	6	5%
6	Encaminhamentos internos e externos	1	2%	5	9%	0	0%	6	5%
7	Outros	3	7%	2	4%	1	3%	6	5%
8	Em branco	0	0%	5	9%	5	14%	10	8%

Fonte: As autoras.

Representantes dos três tipos de unidade concordaram em relação ao principal desafio mais citado: a participação da família e da comunidade, pois metade ou mais das respostas mencionaram esse fator. Em segundo lugar, aparecem as menções a desafios relativos a tempo e data, para os três tipos de unidade. As unidades diretas também sentiram dificuldade com a *participação de todos os segmentos*, a terceira categoria mais frequente. Um menor número de respostas mencionou desafios quanto à organização do evento.

TABELA 23: PRINCIPAIS POTENCIAIS OU POSSIBILIDADES

CATEGORIAS DE RESPOSTA		EMEI		CEI DIRETO		CEI CONVENIADO		TOTAL	
	Número de respondentes	41	100%	53	100%	35	100%	129	100%
1	Voz à família e comunidade	14	34%	13	25%	5	14%	32	25%
2	Contribuir para o planejamento da unidade	21	51%	20	38%	10	29%	51	40%
3	Contribuir para a reflexão e formação da equipe	9	22%	9	17%	3	9%	21	16%
4	Gestão democrática	18	44%	15	28%	7	20%	40	31%
5	Metodologia lúdica, leve	4	10%	5	9%	4	11%	13	10%
6	Outros	1	2%	7	13%	12	34%	20	16%
7	Em branco	0	0%	2	4%	1	3%	3	2%

Fonte: As autoras.

Paradoxalmente, dar voz à família e à comunidade aparece em terceiro lugar na questão sobre os principais potenciais e possibilidades desse processo. Em primeiro, encontram-se as menções à contribuição da autoavaliação para o planejamento da unidade, no caso das unidades diretas, e 44% das respostas das EMEIs indicaram a gestão democrática como algo que pode ser favorecido por essa experiência.

TABELA 24: O PROCESSO GEROU ALGUMA EXPECTATIVA NO GRUPO? QUAIS?

CATEGORIAS DE RESPOSTA		EMEI		CEI DIRETO		CEI CONVENIADO		TOTAL	
	NÚMERO DE RESPONDENTES	41	100%		100%	35	100%	129	100%
1	Participação das famílias	1	2%	4	8%	4	11%	9	7%
2	Resolução de demandas	9	22%	13	25%	4	11%	26	20%
3	Melhoria das questões em vermelho	12	29%	7	13%	13	37%	32	25%
4	Insegurança, receios, desdobramentos	4	10%	8	15%	1	3%	13	10%
5	Participação e diálogo	1	2%	4	8%	2	6%	7	5%
6	Planejamento	5	12%	0	0%	3	9%	8	6%
7	Documento próprio da rede	0	0%	1	2%	0	0%	1	1%
8	Em branco	6	15%	10	19%	8	23%	24	19%

Fonte: As autoras.

No que diz respeito às expectativas geradas no grupo pelo processo de autoavaliação, as respostas variaram quanto ao tipo de unidade: 29% das respostas das EMEIs e 37% daquelas dos CEIs conveniados foram classificadas na categoria *melhoria das questões em vermelho*, enquanto que, para os CEIs diretos, a categoria mais frequente foi *resolução de demandas*, resposta que aponta para soluções que dependem de outros setores da administração.

TABELA 25: EM SUA OPINIÃO, COMO A EXPERIÊNCIA DE APLICAÇÃO DOS INDICADORES NA SUA UE PODE CONTRIBUIR PARA MELHORAR A QUALIDADE DO TRABALHO EDUCATIVO?

CATEGORIAS DE RESPOSTA		EMEI		CEI DIRETO		CEI CONVENIADO		TOTAL	
	Número de respondentes	41	100%		100%	35	100%	129	100%
1	Aproximação das famílias	7	17%	6	11%	7	20%	20	16%
2	Participação democrática	11	27%	8	15%	6	17%	25	19%
3	Reflexão e revisão das práticas	13	32%	15	28%	10	29%	38	29%
4	Ouvir crianças	1	2%	1	2%	0	0%	2	2%
5	Revisão de planos	12	29%	11	21%	7	20%	30	23%
6	Expectativas positivas	5	12%	5	9%	1	3%	11	9%
7	Encaminhamento de demandas	2	5%	2	4%	1	3%	5	4%

Fonte: As autoras.

Essa questão indagava a respeito da contribuição que esse processo poderia ter para a melhoria da qualidade do trabalho educativo. Nos três tipos de unidade, em torno de 30% das respostas mencionaram a reflexão e a revisão das práticas; o segundo aspecto mais citado foi a contribuição da autoavaliação para a revisão dos planos das unidades. A participação democrática e a aproximação com as famílias também foram citadas, sendo que as EMEIs mencionaram mais o primeiro fator e as unidades conveniadas deram respostas com maior ênfase na relação com as famílias.

TABELA 26: DESEJA EXPRESSAR MAIS ALGUM ASPECTO QUE ESTE QUESTIONÁRIO NÃO ABORDOU?

	CATEGORIAS DE RESPOSTA	EMEI		CEI DIRETO		CEI CONVENIADO		TOTAL	
	Número de respondentes	41	100%		100%	35	100%	129	100%
1	Menções positivas	3	7%	1	2%	7	20%	11	9%
2	Gestão democrática	3	7%	3	6%	2	6%	8	6%
3	Participação das crianças	2	5%	0	0%	0	0%	2	2%
4	Planejamento	4	10%	1	2%	0	0%	5	4%
5	Outros	3	7%	2	4%	2	6%	7	5%

Fonte: As autoras.

A última questão foi preenchida apenas por um pequeno número de respondentes, contendo alguns elogios à proposta de autoavaliação.

4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO (DRES)

Os dados dos 12 questionários aqui apresentados e discutidos, cujos procedimentos de coleta e análise já foram explicitados anteriormente, expressam a percepção sobre o processo autoavaliativo do ponto de vista de representantes das DREs, em especial de profissionais que atuam no Departamento de Orientação Técnica Pedagógica (DOT-P) desses órgãos. Esse setor responde pelas questões pedagógicas no âmbito da DRE, sendo responsável pela promoção de formações para professores e gestores, além do acompanhamento sistemático dos resultados de avaliações internas e externas.

O questionário era composto por nove questões, sendo três objetivas e seis abertas, e foi respondido por representantes de nove DREs: Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Guaianases, Itaquera, Penha, São Miguel Paulista, Santo Amaro e São Mateus. Ainda constam desse conjunto quatro questionários da DRE Guaianases, preenchidos por diferentes representantes. Não foi possível obter o retorno de quatro DREs: Freguesia do Ó-Brasilândia, Ipiranga, Pirituba-Jaraguá e Jaçanã-Tremembé.

As respostas apresentadas a seguir são, portanto, fruto da análise de doze questionários que, por sua vez, representam nove DREs.

As primeiras perguntas do questionário visavam a compreender como as DREs realizaram o processo de divulgação e mobilização das unidades diretas e conveniadas de sua região, frente à proposta de realização da autoavaliação com o uso dos *Indicadores da qualidade na educação infantil* (BRASIL, 2009).

Em relação à divulgação do I Seminário sobre Qualidade e Avaliação, no qual a proposta de realização da autoavaliação foi apresentada por DOT-EI, é possível constatar, conforme expresso na tabela abaixo, que as nove DREs utilizaram como estratégias principais de divulgação, tanto para a rede direta como para a conveniada, o envio de *e-mail* e a divulgação nas reuniões presenciais. No entanto, a divulgação em reuniões presenciais foi mais baixa nas redes conveniadas em relação às diretas, e, talvez por isso mesmo, utilizou-se uma terceira estratégia não mencionada para a rede direta, que é a divulgação através de telefonemas. Essa estratégia de comunicação, no entanto, pode se tornar limitada frente à atual configuração da rede paulistana, que possui 12 de suas 13 DREs com um atendimento significativamente maior na rede conveniada, como, por exemplo, na DRE de Guaianases, com 62 unidades diretas e 189 conve-

niadas. Algumas estratégias pontuais ainda foram descritas na categoria *outros*, como o contato com a supervisão escolar da unidade e envio de circular.

TABELA 27: ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO DO I SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE E AVALIAÇÃO NA EI PARA AS UES*

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELA DRE: DIVULGAÇÃO MOMENTO I	DIRETAS	CONVENIADAS
	N	N
Presencialmente em reuniões	7	5
<i>E-mail</i>	8	7
Telefonemas	0	1
Carta convite impressa	0	0
Outros	1	1

Fonte: As autoras.

*Mais de uma resposta por questionário.

Após o primeiro Seminário, as DREs deram início a um processo de mobilização das unidades diretas e conveniadas, visando a estimulá-las à participação e adesão à autoavaliação. Com exceção da profissional de uma DRE que não soube informar como foi feito esse processo, pois, conforme alegou, “estava de licença médica”, as demais respostas demonstraram que as DREs utilizaram diferentes estratégias de mobilização, tais como: convites, chamamentos nos momentos de formação da DRE, reuniões, envio de *e-mail* e contatos telefônicos. Muitas respostas, além de especificarem o processo de mobilização, enfatizavam também os argumentos utilizados para incentivo à participação das unidades, conforme ilustrado pela fala a seguir: “A importância desta ação para a qualidade da educação infantil e como esse instrumento possibilita as unidades educacionais pensar sobre o PPP [...] trazendo reflexões muito pertinentes, às vezes não vistas no cotidiano” (DRE Guaianases).

Para os representantes das unidades diretas e conveniadas que aderiram à proposta da autoavaliação, foi propiciada uma formação realizada pela consultora do DOT-EI, ficando a cargo das DREs a divulgação dessa ação. Ao serem indagados sobre como realizaram essa divulgação, podemos observar, conforme mostra a Tabela 28, que as respostas se concentraram em três estratégias principais, sendo que o envio de *e-mail* e as reuniões se destacam pela maior frequência, e o uso de telefonemas apenas por uma resposta, mas com o diferencial de ser citado como estratégia para a rede direta também.

TABELA 28: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELA DRE PARA DIVULGAÇÃO DO MOMENTO II*

ESTRATÉGIAS	DIRETAS	CONVENIADAS
Presencialmente em reuniões	7	4
<i>E-mail</i>	8	7
Telefonemas	1	1

Fonte: As autoras.

*Mais de uma resposta por questionário.

O que chama a atenção, novamente, é o fato de que a divulgação presencial, que, no primeiro momento, já havia sido mais baixa para as conveniadas em relação às diretas, no segundo momento, apresenta uma diferença maior. Uma possibilidade é que essa diferença possa ser atribuída ao fato das DREs possuírem uma agenda mais sistemática de encontros com profissionais da rede direta, o que talvez evidencie um possível dificultador na comunicação com a rede conveniada.

As perguntas seguintes do questionário indagavam sobre como as DREs avaliaram o retorno das unidades educacionais frente à proposta de realização da autoavaliação com uso do *Indique-EI* (BRASIL, 2009) e como consideraram a adesão e os fatores que podem ter incidido sobre ela.

As respostas enfatizaram que as unidades educacionais acolheram a proposta de forma muito positiva, reconhecendo a importância e o potencial do documento para induzir melhorias na qualidade das práticas cotidianas. No entanto, ressaltaram que aspectos relacionados ao período do ano, tempo para aplicação e apropriação da proposta, demandas da rede e troca da equipe da DRE dificultaram uma maior adesão à autoavaliação. Uma representante de DRE mencionou ainda que é preciso considerar o tempo necessário para que as equipes gestoras possam primeiro “comprar a ideia” e, assim, só depois “aplicá-la”.

Os tensionamentos gerados pela participação das famílias em processos avaliativos foram trazidos por uma DRE que mostrou que “a participação das famílias neste processo de autoavaliação da UE como diferencial da metodologia revelou algumas fragilidades que as UEs ainda apresentam nessa relação”.

O questionário indagava ainda como as representantes de DREs entendiam que essa experiência autoavaliativa poderia contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado na rede de educação infantil paulistana. As respostas foram unânimes em situar a participação de diferentes atores como o grande diferencial e potencial do instrumento. Propiciar um espaço para troca, reflexão e planejamento entre esses atores, em especial com as famílias, citadas como normalmente excluídas do processo avaliativo, pode, no entender das profissionais escutadas, fortalecer o princípio da gestão democrática e da corresponsabilidade, uma vez que “pode romper com processos cristalizados, pode exercitar e implementar processos participativos, pode instrumentalizar as equipes escolares e a comunidade”. Pode também contribuir para a: “Construção da gestão democrática na esfera pública, possibilitando a acolhida dos diferentes olhares, bem como a implicação dos diferentes atores (diretos e indiretos) na busca da qualidade” (DRE São Miguel).

A questão seguinte era mais abrangente e indagava se os respondentes teriam alguma sugestão sobre autoavaliação que pudesse ser útil para a reflexão sobre avaliação institucional participativa no Brasil. Praticamente todas as respostas se embasaram e validaram a experiência em curso na rede e sugeriram que experiências como a paulistana fossem reproduzidas por todo o Brasil, tanto no que diz respeito à escolha do instrumento quanto à metodologia empregada, demonstrando assim a legitimidade e apoio das DREs em relação ao processo em curso. A resposta a seguir ilustra esse posicionamento das profissionais: “Criar momentos tão sérios como estes que vem acontecendo em São Paulo por todo o Brasil [...] pois é possível sim dar a educação brasileira a importância que lhe cabe e o povo brasileiro necessita e tem direito” (DRE Guaianases).

Além disso, algumas representantes de DREs afirmaram que instrumentos autoavaliativos deveriam ser o foco das avaliações realizadas na primeira etapa da educação básica, demonstrando certa desconfiança em relação a avaliações externas. Enfatizaram que princípios do que chamam de “pedagogia da infância” deveriam ser reforçados, evitando-se, assim, ranqueamentos, padronizações e segmentação não só na avaliação, mas também no currículo da educação infantil.

Aproveitaram essa questão para propor alternativas, baseadas nos desafios com que se depararam durante o processo: por exemplo, recomendaram uma maior articulação entre diferentes setores da rede, buscando evitar a realização apenas obrigatória e burocrática da avaliação. Por outro lado, outras respostas defenderam que se garan-

ta um dia no calendário escolar municipal para a realização da autoavaliação, para que não fique apenas como uma “iniciativa solta de cada unidade educacional”. Outras foram mais longe e afirmaram que é preciso “pensar no dia da autoavaliação municipal, estadual ou nacional”, sugerindo também que haja uma mobilização da sociedade através de um “chamamento para este movimento através da mídia”.

As respostas demonstram que esse grupo de representantes das DREs está alinhado com a proposta do DOT-EI, mas nem por isso deixou de expressar receios em relação ao processo, como quanto à questão da descontinuidade administrativa e ausência de outras vozes importantes na avaliação, como as dos funcionários terceirizados e das crianças. Nesse sentido, sugeriram que se pense em alternativas para inclusão desses sujeitos, bem como estratégias para potencializar a participação das famílias, que, no entender desses profissionais, ainda foi tímida em quantidade e qualidade.

Por fim, defenderam que se tenha um “tempo legítimo para a aplicação” da autoavaliação, e uma DRE, em especial, aproveitou para apresentar sugestões de alterações nas dimensões e indicadores do documento.

O último item do questionário indagava se os respondentes gostariam de expressar mais algum aspecto que não havia sido perguntado. Cinco respostas estavam em branco e as demais abordaram diferentes questões, como agradecimentos à equipe de DOT-EI, sugestão de criação de um fórum permanente de discussão e inserção de indicadores; outros apenas enfatizaram a importância do processo ser participativo “para que haja uma produção de sentidos que permita a compreensão de um movimento de autoavaliação” e uma representante de DRE questionou se “não seria interessante aplicar documento semelhante na SME”.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



(Acervo das autoras)

Acreditamos que todos os presentes saíram com mais elementos para pensar a qualidade da escola pública de educação infantil.

(Relato de autoavaliação de uma EMEI)

As análises apresentadas neste relatório, baseadas nos dados recolhidos durante o processo de aplicação dos *Indicadores da qualidade na educação infantil* (BRASIL, 2009) nas unidades municipais que aderiram voluntariamente à proposta de autoavaliação desenvolvida nos anos de 2013 e 2014, na rede paulistana de educação infantil, apontam para resultados bastante positivos e que, em muitos aspectos, superaram as expectativas da própria equipe que coordenou a experiência nesse período. Retomando os objetivos que foram definidos para essa fase da experiência de autoavaliação institucional participativa na rede, estas considerações procurarão sintetizar os principais resultados constatados para cada objetivo.

FORTELECIMENTO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM DIRETAMENTE NA UNIDADE EDUCACIONAL

As informações colhidas por meio dos questionários registraram principalmente a visão, de diretores e/ou coordenadores pedagógicos das unidades, sobre o significado das experiências vividas em suas unidades. A maioria das respostas mencionou ganhos que indiretamente poderiam sugerir esse fortalecimento. No entanto, seria necessário que também as vozes dos professores pudessem ter sido ouvidas de forma mais sistemática, para que esse objetivo pudesse ser melhor avaliado, o que não foi possível no âmbito deste trabalho. Em alguns momentos, nos seminários de relatos de experiência, essas vozes dos educadores puderam ser incluídas e ouvidas diretamente. Porém, para uma avaliação mais aprofundada desse aspecto, é importante que se mantenha a continuidade da autoavaliação e que a opinião dos professores seja ouvida e analisada.

DIÁLOGO ENTRE EDUCADORES E FAMILIARES DAS CRIANÇAS ATENDIDAS

Esse foi um dos objetivos cuja concretização, de acordo com os dados obtidos, ultrapassou as mais otimistas previsões da equipe coordenadora. O receio e até mesmo, em alguns casos, a resistência inicial observada quanto à participação dos familiares na autoavaliação foram superados de forma bastante evidente. Como foi verificado em respostas obtidas em diversas perguntas dos questionários respondidos por representantes de unidades e DREs, em depoimentos registrados nos seminários descentralizados, em relatos escritos, em pôsteres apresentados e em outras formas de registro realizadas durante o processo, as equipes das unidades se surpreenderam positivamente com o grau de envolvimento dos familiares das crianças durante a autoavaliação. Não só houve uma presença acima do esperado em muitas unidades, como a participação nos debates, tanto em pequenos grupos como nas plenárias, revelou um grande envolvimento dos familiares no processo. Os educadores se surpreenderam com o interesse demonstrado pelos pais sobre o trabalho pedagógico realizado nas unidades e constataram que a maioria deles valoriza a participação de seus filhos em EMEIs, CEUs e CEIs. Constataram também o grande potencial que essas trocas entre educadores e familiares apresenta, potencial esse que a maioria das unidades reconhece ser preciso explorar de forma mais contínua e aprofundada. Nesse sentido, diversas propostas emergiram das discussões, tanto nas unidades como nos encontros regionais, no sentido de adoção de novas estratégias de estímulo a esse diálogo entre educadores e familiares das crianças.

PRÁTICAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA UNIDADE

Nos questionários, como também nos demais registros obtidos, a gestão democrática foi objeto de diversas considerações dos participantes, seja direta ou indiretamente. Usualmente entendida apenas nos seus aspectos formais, por exemplo na manutenção de um

conselho escolar com participação de representantes de pais de alunos, a prática da autoavaliação permitiu que essa visão mais restrita fosse ampliada, pois a experiência do debate entre os diversos segmentos presentes apontou para outras possibilidades de democratização da gestão da unidade e também da gestão das DREs e de SME em suas relações com as unidades. Os dados revelaram diferenças entre as equipes quanto às concepções de gestão democrática e quanto à sua maior ou menor abertura para inovações nesse aspecto.

COLABORAÇÃO ENTRE AS EQUIPES DE DRE E DAS UNIDADES

Pode-se afirmar que esse objetivo parece ter sido melhor atingido em alguns casos do que em outros. A começar pela divulgação da proposta, verificou-se uma desigualdade grande entre as respostas obtidas por parte das unidades em relação à proposta de autoavaliação, conforme a DRE. As diferenças na proporção das unidades que aderiram ao projeto nas 13 DREs foram bastante significativas e possivelmente essas diferenças reflitam uma melhor ou menos satisfatória comunicação entre as equipes nas diversas regiões do município. Por outro lado, foi possível observar que, em diversos casos, essa colaboração cresceu durante o processo, com muitos profissionais de DREs envolvendo-se bastante nas experiências desenvolvidas nas unidades de sua regional e até mesmo revelando entusiasmo crescente ao relatar sua participação e a realização de atividades que não haviam sido inicialmente previstas no planejamento geral.

APERFEIÇOAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA UNIDADE

A análise dos questionários revelou que esse foi um dos aspectos mais valorizados pelas unidades que participaram da autoavaliação. Com efeito, o diagnóstico da qualidade da educação desenvolvida na unidade, realizada com método e de forma participativa, levantou diversas questões que não são abordadas no cotidiano, como os próprios respondentes indicaram. Os relatos obtidos mostram como diferentes aspectos da qualidade incluídos nos indicadores tornaram mais visíveis dimensões do trabalho pedagógico que as equipes reconheceram que não costumavam considerar em seus planejamentos e, após a avaliação, esses temas passaram a integrar os Planos Especiais de Ação (PEAs) de muitas unidades. A elaboração do plano de ação da unidade, com foco nos aspectos a serem prioritariamente abordados para obter melhorias concretas de qualidade, parece, assim, oferecer um grande potencial na direção de aperfeiçoamentos nos projetos político-pedagógicos das unidades.

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL

Os dados não permitem conclusões definitivas a respeito desse objetivo. Para isso, outras abordagens de análise teriam de ser desenvolvidas. Entretanto, numa visão processual da qualidade da educação infantil, que privilegia a concepção de qualidade enquanto construção coletiva, baseada na participação e no diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos na educação das crianças pequenas, é possível reconhecer o potencial que a experiência de autoavaliação institucional participativa oferece para a melhoria desejada. Com a continuidade do processo de autoavaliação nos próximos anos, essas melhorias poderão ser constatadas de forma mais objetiva.

COLETA DE SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA

Esse foi um objetivo que, de forma geral, foi considerado como plenamente atingido. No momento de finalização deste relatório, o processo de revisão e complementação do documento original do MEC, para que se obtenha um documento adaptado à

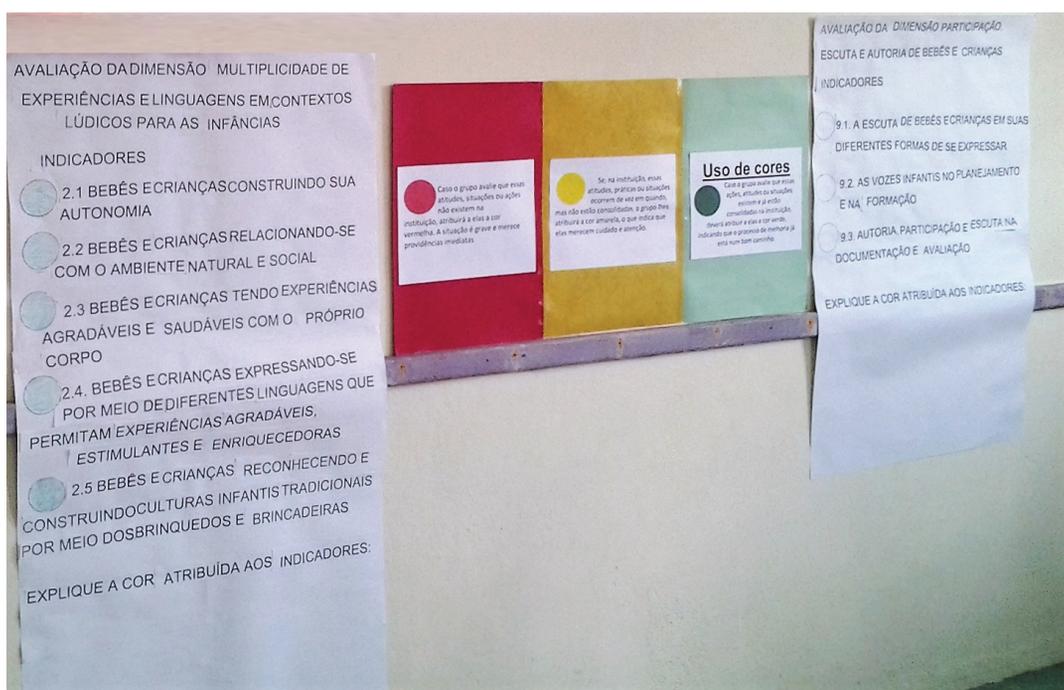
realidade da rede municipal de São Paulo e que reflita o estágio atual do debate sobre a qualidade da educação infantil desenvolvido no âmbito das equipes das DREs e das unidades, encontra-se bastante adiantado. Um grupo de trabalho (GT) foi formado para essa tarefa, com participação ampla de setores técnicos e educadores da rede. Muitos dos resultados analisados neste relatório, relevantes para esse trabalho do GT, foram apresentados e discutidos em reuniões de trabalho ao longo dos anos de 2014 e 2015. Ao lado de subsídios colhidos durante e após a realização da autoavaliação de 2015, os dados aqui apresentados contribuíram significativamente para esse objetivo.

De forma geral, a partir das constatações sintetizadas acima, pode-se concluir que o processo de autoavaliação institucional participativa realizado nos anos de 2013 e 2014 alcançou a maioria de seus objetivos, o que se refletiu na experiência repetida por toda a rede no ano de 2015, a qual será objeto de um segundo relatório.

No contexto de outras experiências de aplicação dos *Indicadores da qualidade na educação infantil* (BRASIL, 2009), desenvolvidas em outros municípios e estados brasileiros, é possível afirmar que o processo vivido pela rede municipal de educação infantil de São Paulo ganha um significado especial e uma relevância marcante, devido não só à abrangência dessa rede, mas também aos insumos que gerou para o debate nacional.



REFERÊNCIAS



(Acervo das autoras)

AÇÃO EDUCATIVA. *O uso dos Indicadores da qualidade da educação na construção e revisão participativas de planos de educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

AÇÃO EDUCATIVA; BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Coord.). *Indicadores da qualidade na educação*. 3. ed. ampl. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

BAUER, A. E.; SOUSA, S. S. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, jan/fev. 2015.

BOLÍVAR, A. Avaliação institucional: entre o rendimento de contas e a melhoria interna. *GestAção*, Salvador, v. 9, n. 1, jan./abr. 2006.

BONDIOLI, A. (Org.). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas: Autores Associados, 2004.

BONDIOLI, A.; SAVIO, D. *Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos*. Curitiba: UFPR, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006. Vol. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Monitoramento do uso dos indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, s. d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13119-relatorio-versao-internet-final-pdf-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: out./2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação*. Brasília: MEC/SEB. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: nov/2014.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Avaliação institucional das escolas da rede municipal de Cuiabá*. Validação do modelo avaliativo institucional externo e interno em uma amostra de escolas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Unesco, 2014. Relatório de Pesquisa.

LIMA, L. C. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, B. *A qualidade na educação infantil: uma experiência de autoavaliação em creches da cidade de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, B. Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites. *Revista Educação*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2013.

RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. B. Uma leitura dos usos dos Indicadores da qualidade na educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 823-847, set./dez. 2010.

RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. B. Uma análise de problemas detectados e soluções propostas por comunidades escolares com base no Indique. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 457-470, set./dez. 2011.

RIBEIRO, V. M.; RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 227-251, jan./abr. 2005.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Educação. *Orientação Normativa n. 01/13*. Avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: SME/DOT, 2014.

SORDI, M. R. L.; SOUZA, E. S. (Org.). *A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: a rede municipal de Campinas como espaço de aprendizagem*. Campinas: Millenium, 2009.

SORDI, M. R. L.; SOUZA, E. S. (Org.). *A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: o processo de implementação na rede municipal de Campinas em destaque*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas/SE, 2012.

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DAS UNIDADES PARTICIPANTES DA AUTOAVALIAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Diretoria de Orientação Técnica – DOT Educação Infantil

QUESTIONÁRIO PARA UNIDADES QUE REALIZARAM A AUTOAVALIAÇÃO PROPOSTA NO DOCUMENTO INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Caro(a) diretor(a) e coordenador(a) pedagógico(a)

Agradecemos sua disponibilidade em responder a este questionário.

Ele tem por objetivo levantar dados que auxiliem no registro do processo de autoavaliação em curso no município de São Paulo. Acreditamos que esta experiência diagnóstica e participativa tem potencial para produzir elementos que não só auxiliem sua unidade de educação infantil a obter melhorias de qualidade e contribuam para a construção dos *Indicadores de Qualidade da Educação infantil Paulistana*, como também colaborem com a discussão sobre a questão da qualidade da educação infantil no Brasil. Uma experiência como esta, realizada em uma rede tão extensa como a de São Paulo, ganha uma importância que transcende os limites de nossa cidade.

Por isso sua opinião é fundamental! Os resultados deste levantamento serão organizados e apresentados aos participantes. No entanto, seu nome e o de sua unidade educacional **não** aparecerão em nenhum lugar. É garantido o anonimato a todos os participantes. As informações serão analisadas em conjunto, de forma a tirar lições desse trabalho tão significativo realizado pelos participantes da autoavaliação proposta por DOT-EI.

Agradecemos sua colaboração!

1. Assinale a Diretoria Regional de Educação/DRE a qual sua unidade educacional (UE) pertence:

- Butantã
- Campo Limpo
- Capela do Socorro
- Freguesia do Ó/Brasilândia
- Guaianases
- Ipiranga
- Itaquera
- Jaçanã/Tremembé
- Penha
- Pirituba
- Santo Amaro
- São Mateus
- São Miguel

2. Sua UE é:

- CEI direto Creche/CEI particular conveniado EMEI CEMEI

3. Sua UE realizou a autoavaliação proposta no documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (Indique-EI) em:

- 2013 2014

4. Sua UE participou do I Seminário?

- Sim Não

5. Sua UE participou do 2º momento de formação promovido por DOT-EI?

- Sim Não

6. Qual foi a reação inicial da equipe da UE em relação à proposta de utilização do documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*? (Marque a alternativa que melhor corresponde a primeira reação de seu grupo)

- Achou a proposta interessante e não viu nenhum empecilho para sua realização.
- Achou a proposta interessante mas achou que tinham pouco tempo para organizar.

- () Achou a proposta interessante mas preferiu em um primeiro momento fazer internamente sem a participação dos pais.
- () O grupo resistiu e foi preciso muito empenho da gestão para convencê-lo a participar.
- () Outro: _____.

7. Sua UE já havia realizado a autoavaliação proposta no documento Indique-EI?

- () Não e a maioria do grupo não conhecia o documento.
- () Não, mas a maioria do grupo já conhecia o documento.
- () Sim.

Se sim, você pode relatar brevemente quando e como foi? _____

8. As pessoas que participaram das formações (momento I e II) foram as mesmas que organizaram e lideraram o processo de autoavaliação na UE?

- () Sim, foram as mesmas.
- () Não foram as mesmas mas o fato não interferiu na realização da autoavaliação.
- () Não foram as mesmas e o fato interferiu negativamente na realização da autoavaliação.

9. Como as famílias e a comunidade foram convidadas a participar da autoavaliação?

(Marque quantas alternativas, julgar necessário).

- () Reunião.
- () Carta-convite.
- () Cartazes na UE.
- () Blog da UE.
- () Outros: _____.

10. Quais foram os segmentos que participaram da autoavaliação em sua UE?

(Marque quantas alternativas julgar necessário).

- () Diretor(a)
- () Coordenador(a) Pedagógico(a)
- () Professores(as)
- () Agente Técnico Escolar/ ATE
- () Cozinheiras
- () Atendentes gerais
- () Supervisores(as)
- () Familiares
- () Pessoas da comunidade, além dos familiares
- () Representantes da Entidade/Associação mantenedora da UE.
- () Representantes da DRE
- () Outros: _____.

11. Em sua opinião, como os diferentes segmentos, no geral, participaram do processo autoavaliativo? Responda com base na legenda abaixo sobre os 3 tipos de participação:

Ativa: Alto grau de envolvimento e capacidade de influenciar a tomada de decisão dos demais.

Reservada: Grau de envolvimento mediano: embora não totalmente alheio, não atuou diretamente na defesa desta ou daquela ideia, preferindo esperar outras pessoas ou grupos se manifestarem.

Passiva: Não envolvimento ou envolvimento mínimo (sem expressão na ação), embora tenha estado presente durante a atividade.

Segmento	Tipo de participação predominante		
	Ativa	Reservada	Passiva
1. Diretor(a)	()	()	()
2. Coord. Pedagógico(a)	()	()	()
3. Professores(as)	()	()	()
4. Agente Técnico Escolar/ATE	()	()	()
5. Atendentes gerais	()	()	()
6. Cozinheiras	()	()	()
7. Familiares	()	()	()
8. Outros: _____	()	()	()

12. Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação participativa?

13. E quais os principais potenciais ou possibilidades?

14. Em sua opinião, as ETAPAS da autoavaliação (pequenos grupos, plenária e plano de ação) foram facilmente compreendidas pela maioria do grupo?

() Sim

() Não. Comente: _____

() Em parte. Comente: _____

15. Em sua opinião, como o ENUNCIADO DAS QUESTÕES foi compreendido pelos diferentes segmentos:

Segmento	Nível de compreensão do enunciado das questões		
	Compreendia com facilidade	Compreensão razoável	Grande dificuldade para compreensão
1. Diretor(a)	()	()	()
2. Coord. Pedagógico(a)	()	()	()
3. Professores(as)	()	()	()
4. Agente Técnico Escolar/ATE	()	()	()
5. Atendentes gerais	()	()	()
6. Cozinheiras	()	()	()
7. Familiares	()	()	()
8. Outros: _____	()	()	()

15.1 Que tipo de enunciado/questão causou maior dificuldade de compreensão?

16. Em sua opinião, como a metodologia de ATRIBUIÇÃO DE CORES AOS INDICADORES foi compreendida pelos diferentes segmentos:

Segmento	Nível de compreensão da metodologia dos INDICADORES		
	Compreendida com facilidade	Compreensão razoável	Grande dificuldade para compreensão
1. Diretor(a)	()	()	()
2. Coord. Pedagógico(a)	()	()	()
3. Professores(as)	()	()	()
4. Agente Técnico Escolar/ATE	()	()	()
5. Atendentes gerais	()	()	()
6. Cozinheiras	()	()	()
7. Familiares	()	()	()
8. Outros: _____	()	()	()

16.1 Houve necessidade de adaptações? Quais? _____

17. Em sua opinião, o SIGNIFICADO DAS CORES (vermelho, amarelo e verde) proposto pelo Indique-EI foi assimilado e usado de forma adequada pelos diferentes segmentos:

() Sim

() Não. Comente: _____

() Em parte. Comente: _____

18. Em sua opinião, o formato de autoavaliação proposto pelo Indique-EI e a organização necessária para sua realização:

- É bem detalhado, mas facilita a organização do trabalho.
 É interessante, mas precisaria estar melhor explicado.
 Exige muito e sobrecarrega a equipe gestora.
 Outro: _____

19. A partir da experiência realizada em sua UE, você sentiu falta de algum indicador, dimensão ou pergunta? Quais?

20. Como os participantes da autoavaliação avaliaram o processo vivenciado?

- No geral, avaliaram positivamente.
 Houve algumas avaliações negativas.
 Avaliaram de forma negativa, pois gerou muitos conflitos.
 Outro: _____

21. O processo gerou alguma expectativa no grupo? Quais?

22. Sua UE realizou o plano de ação?

- Sim, no mesmo dia da autoavaliação.
 Sim, em outro dia.
 Planeja realizar em 2014.
 Não decidiu sobre esta etapa ainda.

23. Que segmentos participaram da elaboração do plano de ação? (Marque quantas alternativas julgar necessário).

- Não realizamos ainda o Plano de Ação.
 Diretor(a)
 Coordenador(a) Pedagógico(a)
 Professores(as)
 Agente Técnico Escolar/ ATE
 Cozinheiras
 Atendentes gerais
 Supervisores(as)
 Familiares
 Pessoas da comunidade, além dos familiares
 Representantes da Entidade/Associação mantenedora da UE.
 Representantes da DRE
 Outros: _____

24. O processo de autoavaliação orientou o processo de elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico/PPP de sua UE?

- Sim Não

25. Em sua opinião, como essa experiência de aplicação dos indicadores pode contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado em sua UE? Comente.

26. Deseja expressar mais algum aspecto que este questionário não abordou?

Obrigada por sua contribuição!

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DAS DRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Diretoria de Orientação Técnica – DOT Educação Infantil

QUESTIONÁRIO PARA DRES

Cara equipe DOT-P

Agradecemos sua disponibilidade em responder a este questionário.

Ele tem por objetivo levantar dados que auxiliem no registro do processo de autoavaliação em curso no município de São Paulo. Acreditamos que esta experiência diagnóstica e participativa tem potencial para produzir elementos que não só auxiliem as unidades de educação infantil a obter melhorias de qualidade e contribuam para a construção dos *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana*, como também colaborem com a discussão sobre a questão da qualidade da educação infantil no Brasil. Uma experiência como esta, realizada em uma rede tão extensa como a de São Paulo, ganha uma importância que transcende os limites de nossa cidade.

Para uma melhor documentação dessa experiência, gostaríamos de obter algumas informações sobre o processo de divulgação da proposta de autoavaliação e mobilização das unidades para uso do Indique-EI desenvolvido em sua DRE.

Agradecemos sua colaboração!

1. Assinale a Diretoria Regional de Educação/DRE a qual pertence atualmente:

- Butantã
- Campo Limpo
- Capela do Socorro
- Freguesia do Ó/Brasilândia
- Guaianases
- Ipiranga
- Itaquera
- Jaçanã/Tremembé
- Penha
- Pirituba
- Santo Amaro
- São Mateus
- São Miguel

2. Como foi feita a divulgação para as UEs do 1º seminário sobre Qualidade e Avaliação na EI oferecido pela DOT-EI? (Assinale quantas alternativas julgar necessário):

UNIDADES DIRETAS	UNIDADES CONVENIADAS
<input type="checkbox"/> Presencialmente em reuniões.	<input type="checkbox"/> Presencialmente em reuniões.
<input type="checkbox"/> Email.	<input type="checkbox"/> Email.
<input type="checkbox"/> Telefonemas.	<input type="checkbox"/> Telefonemas.
<input type="checkbox"/> Carta-convite impressa.	<input type="checkbox"/> Carta-convite impressa.
<input type="checkbox"/> Outros. Quais:	<input type="checkbox"/> Outros. Quais:

3. Como foi organizado o processo de mobilização das unidades diretas e conveniadas na sua DRE para a participação e adesão à autoavaliação, após o 1º seminário?

4. Como foi feita a divulgação para as UEs do 2º momento de formação oferecido pelo DOT-EI às unidades que aderiram à proposta de realização da autoavaliação com uso do Indique-EI? (Assinale quantas alternativas julgar necessário):

UNIDADES DIRETAS	UNIDADES CONVENIADAS
() Presencialmente em reuniões.	() Presencialmente em reuniões.
() Email.	() Email.
() Telefonemas.	() Telefonemas.
() Carta-convite impressa.	() Carta-convite impressa.
() Outros. Quais:	() Outros. Quais:

5. Como você avalia a resposta das UEs de sua DRE frente à proposta de autoavaliação com uso do Indique-EI?

6. Como você avalia a adesão das UEs de sua DRE à proposta? A que fatores você atribui isso?

7. Em sua opinião, como essa experiência de aplicação dos indicadores pode contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado na rede de EI paulistana?

8. Você teria alguma sugestão sobre a autoavaliação/avaliação na/da EI que possa ser útil para pensarmos avaliação institucional participativa no Brasil?

9. Gostaria de expressar mais algum aspecto que este questionário não abordou?

Obrigada por sua contribuição!

ANEXO 3: QUADRO SÍNTESE DE DEMANDAS

QUADRO SÍNTESE

Em grupo, procurem preencher o quadro abaixo, identificando as demandas e seus respectivos responsáveis pelas questões levantadas na autoavaliação realizada em sua unidade cujas soluções não dependem unicamente da equipe de sua UE.

Entidade mantenedora DRE	
DRE	
DOT-EI (SME)	
Outros setores SME	
Outros (Conselhos Tutelares, parceria com saúde, etc.)	

ANEXO 4: MODELO RELATO DE EXPERIÊNCIA

RELATO DA AUTOAVALIAÇÃO

Caro(a) diretor(a) e coordenador(a) pedagógico(a)

Sua unidade educacional participou de um processo de avaliação ainda novo e pouco debatido no Brasil: trata-se de autoavaliações participativas e negociadas entre os diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com o cuidar/educar crianças pequenas.

Para construir esse processo de forma consistente e ouvindo as impressões de quem vivenciou esta atividade, pedimos sua colaboração nos contando resumidamente (em 1, 2 folhas no máximo) como foi o processo vivenciado em sua unidade.¹ Fique a vontade para destacar aspectos que você considera que foram importantes no processo.

Lembramos apenas que as demandas serão acolhidas e debatidas no 3º momento de formação, por isso não precisam aparecer neste espaço. A ideia é relatar suas impressões gerais sobre o processo de autoavaliação vivenciado em sua unidade.

O relato deve ser trazido pronto no dia do 3º momento e não é preciso identificar seu nome nem o de sua escola, apenas se assim o desejar. Pedimos apenas que indique a que Diretoria pertence.

Agradecemos por sua colaboração!

Equipe DOT-EI

ANEXO 5: QUESTÕES NORTEADORAS PARA O DEBATE COM AS UNIDADES EDUCACIONAIS

QUESTÕES NORTEADORAS PARA DEBATE

Em grupo, procure discutir as questões apresentadas abaixo, buscando identificar as semelhanças e singularidades das experiências autoavaliativas vivenciadas nas UEs.

1. Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação ocorrido em sua UE?
2. E quais os potenciais identificados?
3. Como os diferentes segmentos reagiram diante da proposta de realização de uma autoavaliação participativa e negociada?
4. Como a metodologia do uso das cores foi assimilada e recebida pelo grupo de sua UE? As perguntas foram facilmente compreendidas?
5. Como as diferenças de opiniões eram resolvidas e encaminhadas nos pequenos grupos e plenárias?

¹ Você pode contar sobre detalhes da organização prévia do evento, os desafios e os potenciais identificados no processo e na autoavaliação em si e o que mais você julgar relevante.